



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO CENTRO DE ARTES E  
COMUNICAÇÃO DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO**

**MARIA LUÍZA BISPO FERREIRA**

**A CIDADE EM DISPUTA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA COBERTURA DO  
MOVIMENTO OCUPE ESTELITA PELO DIÁRIO DE PERNAMBUCO EM 2014**

**RECIFE**

**2025**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO CENTRO DE ARTES E  
COMUNICAÇÃO DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO**

**MARIA LUÍZA BISPO FERREIRA**

**A CIDADE EM DISPUTA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA COBERTURA DO  
MOVIMENTO OCUPE ESTELITA PELO DIARIO DE PERNAMBUCO EM 2014**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como requisito para a obtenção do grau de  
bacharel em Comunicação Social –  
Jornalismo pela Universidade Federal de  
Pernambuco (UFPE).

**Orientador(a):** Professora Dra. Cristina  
Teixeira

**RECIFE**

**2025**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Ferreira, Maria Luíza Bispo.

A cidade em disputa: uma análise crítica da cobertura do Movimento Ocupe Estelita pelo Diário de Pernambuco em 2014 / Maria Luíza Bispo Ferreira. - Recife, 2025.

59 p. : il.

Orientador(a): Cristina Teixeira Vieira de Melo

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Jornalismo - Bacharelado, 2025.

10.

Inclui referências, anexos.

1. Ocupe Estelita. 2. Diário de Pernambuco. 3. jornalismo. 4. análise de discurso. 5. silenciamento. I. Melo, Cristina Teixeira Vieira de. (Orientação). II. Título.

070 CDD (22.ed.)

MARIA LUÍZA BISPO FERREIRA

**A CIDADE EM DISPUTA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA COBERTURA DO  
MOVIMENTO OCUPE ESTELITA PELO DIARIO DE PERNAMBUCO EM 2014**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como requisito para a obtenção do grau de  
bacharel em Comunicação Social –  
Jornalismo pela Universidade Federal de  
Pernambuco (UFPE).

Aprovado em: 13/08/2025

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Cristina Teixeira Vieira de Melo (Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes (Examinadora Interna)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Karoline Maria Fernandes da Costa e Silva (Examinadora Externa)

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a todas as pessoas sensíveis e inconformadas que lutam por um mundo mais inclusivo, democrático e coletivo. Aos militantes e revolucionários que me fizeram descobrir a chama do progressismo, chama que me trouxe até a comunicação para mostrar que existe um jornalismo capaz de enfrentar o silenciamento institucional com coragem, sensibilidade e ternura. Por último, ao Movimento Ocupe Estelita, por lembrar que sonhar a cidade é também disputá-la.

## AGRADECIMENTOS

Antes de qualquer coisa, quero agradecer à minha família por todo o carinho e amor incondicional em todos os momentos da minha vida. Muito obrigada por todas as histórias, risadas e afetos nos meus momentos de surto agora no final do curso. Aliás, eu não teria chegado até aqui se não fosse a validação e o apoio diário que vocês me dão. Obrigada por terem mudado a vida toda de vocês em prol da minha educação, sempre permitindo que eu pudesse me dedicar aos estudos e ter a melhor estrutura possível dentro da nossa realidade. Espero que essa seja apenas a primeira das muitas páginas de agradecimento que os escrevo.

À Victória, minha namorada, pela companhia, pela amizade, pelos abraços, pelos choros e por todas as palavras de incentivo que trocamos diariamente. Sua dedicação e inteligência me fazem querer ser uma pessoa melhor, sempre em busca de tudo o que ainda vamos construir juntas.

Aos encontros e a todos os amigos feitos ao longo do curso, em especial aos meus irmãos - Erick, Guilherme e Vitória. A graduação se tornou muito mais leve e divertida com vocês por perto, ao ponto de não conseguir imaginar o que seria de mim sem nossa parceria. Vocês vão longe.

Além disso, não poderia deixar de agradecer à Manguetown Revista e todos que a compõem. A Manguetown me ensinou e continua me ensinando a importância de um jornalismo de qualidade, atento àquilo que passa despercebido pela mídia tradicional.

Por fim, todas as professoras e professores que pavimentaram meu caminho e me deixaram encantada com as possibilidades no mundo da comunicação. Cito alguns: Isaltina, Yvana Fachine, Paula Reis, Ana Veloso, Adriana Santana, Eduardo Duarte, Cristina Teixeira, Maria Eduarda e Thiago Soares. Meu muito obrigada.

Nós nos dedicamos para a resistência coletiva. Resistência aos bilionários exploradores hipotecários e gentrificadores. Resistência à privatização do sistema de saúde. Resistência aos ataques contra muçulmanos e imigrantes. Resistência aos ataques contra as pessoas com deficiência. Resistência à violência do Estado perpetrada pela polícia e através da indústria do complexo prisional. Resistência à violência de gênero institucional e doméstica, especialmente contra mulheres trans negras (Angela Davis, 2017).

## RESUMO

Este trabalho propõe uma análise crítica da cobertura realizada pelo jornal Diário de Pernambuco sobre o Movimento Ocupe Estelita durante os meses de maio a julho de 2014, período marcado pela demolição dos armazéns do Cais José Estelita e pela ocupação do terreno por integrantes do movimento. O estudo parte do interesse em compreender como o discurso jornalístico contribuiu para o silenciamento simbólico de uma mobilização urbana que, mesmo articulada e respaldada por instituições acadêmicas, jurídicas e sociais, foi amplamente apaziguada nas narrativas midiáticas. A pesquisa adota uma perspectiva de análise discursiva para discutir a relação entre mídia e disputas urbanas. O corpus empírico é composto por 42 matérias do Diário de Pernambuco, coletadas em acervos públicos e digitais. A investigação revelou que o jornal privilegiou fontes institucionais e empresariais, adotou uma linguagem legalista e omitiu as motivações políticas do movimento, reproduzindo uma lógica discursiva alinhada à racionalidade neoliberal e ao modelo de cidade-mercadoria. O trabalho conclui que o Diário de Pernambuco atuou como mediador e domesticador do conflito, em uma reflexão sobre o papel da imprensa tradicional durante episódios de tensões sociais.

**Palavras-chave:** Ocupe Estelita; Diário de Pernambuco; jornalismo; análise de discurso; silenciamento.

## **ABSTRACT**

This paper proposes a critical analysis of the *Diário de Pernambuco* newspaper's coverage of the Occupy Estelita Movement from May to July 2014, a period marked by the demolition of the warehouses at Cais José Estelita and the occupation of the land by movement members. The study is based on an interest in understanding how journalistic discourse contributed to the symbolic silencing of an urban mobilization that, despite being articulated and supported by academic, legal, and social institutions, was largely pacified in media narratives. The research adopts a discursive analysis perspective to discuss the relationship between the media and urban disputes. The empirical corpus consists of 42 articles from *Diário de Pernambuco*, collected from public and digital archives. The investigation revealed that the newspaper favored institutional and corporate sources, adopted legalistic language, and omitted the movement's political motivations, reproducing a discursive logic aligned with neoliberal rationality and the commodity-city model. The paper concludes that the *Diário de Pernambuco* acted as a mediator and tamer of the conflict, reflecting on the role of the traditional press during episodes of social tension.

**Keywords: Occupy Estelita; Diário de Pernambuco; journalism; discourse analysis; silencing.**

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – Agradecimentos na legenda do vídeo de João Campos .....	<b>18</b>
<b>Figura 2</b> – Artigo “O patriotismo das Forças Armadas” .....	<b>27</b>
<b>Figuras 3 e 4</b> – Anúncios dos edifícios Country Price e Joanna Dhália .....	<b>30</b>
<b>Figura 5</b> – Anúncio do Edifício Shopping Price .....	<b>31</b>
<b>Figura 6</b> – Matéria “O resgate do Centro da cidade” .....	<b>34</b>
<b>Figura 7</b> – Matéria “Centro do Recife é a bola da vez” .....	<b>35</b>
<b>Figura 8</b> – Matéria “Consórcio inicia demolições de armazéns” .....	<b>36</b>
<b>Figura 9</b> – Matéria “Demolição de galpões interrompida no cais” .....	<b>37</b>
<b>Figura 10</b> – Matéria “Consórcio vai recorrer da decisão” .....	<b>38</b>
<b>Figura 11</b> – Matéria “Prefeitura marca reunião para discutir obra no cais” .....	<b>39</b>
<b>Figura 12</b> – Matéria “Estelita é tema de reuniões” .....	<b>41</b>
<b>Figura 13</b> – Matéria “Construtoras admitem rever o projeto do cais” .....	<b>42</b>
<b>Figura 14</b> – Matéria “Moradores solicitam reunião” .....	<b>44</b>
<b>Figura 15</b> – Matéria “Reintegração de posse no Estelita” .....	<b>45</b>
<b>Figura 16</b> – Matéria “Movimento pede libertação de preso” .....	<b>47</b>
<b>Figura 17</b> – Artigo “Não dá para entender!” .....	<b>48</b>
<b>Figura 18</b> – Recorte da entrevista “Visões sobre o Cais José Estelita” .....	<b>49</b>
<b>Figura 19</b> – Matéria “Discussão será concluída na próxima semana” .....	<b>50</b>
<b>Figura 20</b> – Fontes utilizadas pelo DP (em porcentagem) .....	<b>51</b>
<b>Figura 21</b> – Termos mais utilizados pelo DP .....	<b>51</b>

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2. MOVIMENTO OCUPE ESTELITA 15 .....</b>	<b>14</b>
2.1 Ocupe Estelita, territorialidades e disputas discursivas.....	14
2.2 O Novo Recife e a cidade-mercadoria .....	18
2.3 O Recife de José Estelita: reflexões e desdobramento históricos	21
<b>3. O DIARIO DE PERNAMBUCO .....</b>	<b>24</b>
3.1 O Diario de Pernambuco e as elites governantes: um panorama de alinhamento editorial .....	24
3.2 O DP e o crescimento neoliberal imobiliário em Pernambuco .....	28
<b>4. A COBERTURA DO DIARIO DE PERNAMBUCO SOBRE O OCUPE ESTELITA     EM 2014: ENQUADRAMENTOS E SILENCIAMENTOS .....</b>	<b>33</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>53</b>
<b>6. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>55</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O Movimento Ocupe Estelita (MOE), surgido entre 2012 e 2014 como um braço do grupo Direitos Urbanos (MDU), representa um dos episódios mais emblemáticos das disputas por território e das mobilizações progressistas na história contemporânea do Recife. Mobilizado como forma de resistência ao Projeto Novo Recife, empreendimento imobiliário proposto para o terreno do Cais José Estelita, o movimento foi impulsionado por coletivos, artistas, acadêmicos, moradores e urbanistas que denunciaram as práticas irregulares envolvidas no processo de aquisição da área. A proposta, articulada por um consórcio formado por grandes construtoras, previa a construção ilegal de pouco mais de uma dezena de torres de alto padrão em uma área importante no centro da cidade, sob a justificativa de requalificação urbana. No entanto, setores articulados da sociedade civil logo notaram que o projeto representava o apagamento de memórias coletivas e a gentrificação das classes populares a partir da financeirização do espaço público, ação sustentada por interesses do mercado imobiliário e exacerbada pelos conglomerados midiáticos.

O caso Estelita, como nomeia Figueiredo (2024), rapidamente ganhou notoriedade local e nacional não apenas pelo seu impacto urbanístico, mas também por evidenciar as tensões existentes entre o capital privado, os órgãos públicos e a população em torno das decisões sobre as formas de vivenciar e construir uma cidade. A ocupação do terreno pelos grupos que formavam o Ocupe Estelita, iniciada em maio de 2014, desencadeou uma série de acontecimentos políticos, jurídicos e sociais, que culminaram em episódios de repressão policial, audiências públicas semanais e o redesenho parcial do projeto original com a inserção de espaços abertos para as comunidades dos entornos. Apesar da visibilidade alcançada em redes sociais, principalmente no *Facebook*, e ampliada para ambientes acadêmicos e setores da cultura e da política, a cobertura do conflito por parte da mídia tradicional foi marcada por lacunas significativas.

Em um momento em que muito se fala sobre a temida “crise do jornalismo” – crise que diz respeito, para além dos financiamentos, à queda de credibilidade e relevância aos olhos do público – me pareceu pertinente investigar, enquanto estudante prestes a mergulhar nesse mercado de trabalho, as lacunas do fazer jornalístico tradicional que parecem ter ajudado a conduzir esse cenário de desgaste e descrença. Enquanto pernambucana que passou boa parte da vida vivendo fora de

Recife, o MOE não era algo de meu conhecimento. Foi apenas a partir das produções que realizei como parte da disciplina de telejornalismo no ano de 2014, quando a luta completou sua primeira dezena, que tive contato verdadeiro com os ativistas e militantes que compunham a oposição ao Projeto Novo Recife. Ao me aprofundar no caso Estelita, chamou-me a atenção a potência da mobilização sociourbana que resultou nos vários dias de protesto ativo e na união das bases progressistas de toda a cidade, capaz de articular diversos grupos sociais unidos em prol de um objetivo comum. Por outro lado, não pude deixar de notar a precariedade da cobertura feita pela imprensa hegemônica local. Me pareceu estranho um dos maiores conflitos urbanos contemporâneos da capital pernambucana, com uma ampla repercussão midiática, ter sido tão apaziguado e omitido nas páginas dos principais veículos da cidade, ao ponto dos próprios ativistas precisarem recorrer a veículos alternativos e internacionais para fazerem circular suas denúncias.

Essa inquietação crítica logo se transformou no impulso que orienta esta monografia. O objetivo central do trabalho é investigar o papel que a mídia tradicional, aqui representada pelo jornal Diário de Pernambuco (DP), desempenhou na construção discursiva sobre o Movimento Ocupe Estelita, em especial entre os meses de maio e julho de 2014, período que corresponde ao auge dos tensionamentos e das negociações que permearam a área disputada.

A hipótese da pesquisa parte da constatação preliminar de que o Diário de Pernambuco, historicamente associado a interesses institucionais e ao poderio local, construiu sua cobertura do Ocupe Estelita de forma alinhada ao projeto hegemônico de cidade moderna. Essa atuação se deu tanto pela priorização de fontes oficiais, como a prefeitura, as empreiteiras investidoras e órgãos jurídicos quanto pela omissão e/ou deslegitimação das vozes militantes, esvaziando sua dimensão política ao colocar o conflito como um simples processo administrativo e burocrático. Tal conduta editorial teria contribuído para reforçar a narrativa de um progresso urbano compatível com os interesses do setor imobiliário e alheio às demandas por uma justiça participativa e socioespacial.

Para isso, a investigação se apoia, como base metodológica, em uma perspectiva de análise discursiva, que permite decifrar a forma como estruturas textuais, escolhas linguísticas e até o uso de determinadas vozes são formas sutis de controle simbólico no campo de comunicação e como esses fatores contribuem para

a legitimação de certos grupos enquanto emudecem outros, atuando como mecanismo de dominação.

A metodologia adotada é de natureza qualitativa, com caráter exploratório e interpretativo. Para a coleta de corpus, foram lidos 91 dias de edições do Diário de Pernambuco, a partir do acervo disponibilizado digitalmente pelo jornal, referentes aos dias entre 1º de maio e 31 de julho de 2014. Desse total, 42 textos foram coletados, entre matérias, agendas culturais, entrevista e um artigo de opinião. A seleção do material se limitou a notícias que abordavam diretamente o projeto Novo Recife, o Movimento Ocupe Estelita e a ocupação do Cais. O recorte temporal corresponde ao período de maior visibilidade do conflito, que inclui desde os primeiros sinais de demolição dos armazéns até a desocupação forçada dos ativistas.

Os textos foram analisados por meio de ferramentas discursivas, como a distribuição das vozes sociais (quem fala, com que frequência, e com que autoridade?), os termos recorrentes associados ao Ocupe Estelita, ao Consórcio Novo Recife e à Prefeitura do Recife (PCR) e os recursos linguísticos minuciosamente empregados para atribuir ou retirar legitimidade dos sujeitos. Aliados a isso, também foram observadas as construções sintáticas predominantes, como o uso da impessoalidade discursiva e os possíveis apagamentos gramaticais.

Contudo, a compreensão da linha midiática no contexto do caso Estelita exige um olhar que vá além de um mero estudo factual, pois é necessário contextualizar historicamente a atuação do veículo escolhido e entender a compatibilidade ideológica que atravessou e ainda atravessa suas narrativas. O Diário de Pernambuco, neste caso, se trata de um dos veículos de imprensa mais antigos da América Latina, fincado nos interesses das grandes elites políticas e econômicas de Pernambuco desde o século XIX. Segundo Jambo (1975), desde sua fundação, o jornal se colocou a serviço da ordem mercantil, comprometido com o estímulo à circulação de serviços e de interesses comerciais da região, herança que seguiu moldando a linha editorial do Diário ao longo das décadas seguintes. Mesmo nos momentos em que o jornal assumia posições aparentemente progressistas, elas se inseriam dentro de um campo de consensos dos poderosos, buscando preservar a estabilidade institucional e suas próprias propensões. Tal padrão de atuação, de defesa da ordem em contraponto a contestação popular, se repete, com nuances diferentes, ao longo de episódios de tensões sociais e políticas.

A partir da década de 1990, com a ascensão do neoliberalismo, o jornal adaptou sua editoria de forma compatível com a nova onda econômica. Nesse momento, a esfera jornalística passou a atuar como vetor de difusão de uma nova ideologia firmada na independência do mercado e na desmobilização de políticas sociais. No campo teórico, essa reorientação é observada por Thierry Guilbert (2020), que analisa como os meios de comunicação contemporâneos se unem aos interesses do poder político e do capital, criando um circuito fechado de produção de sentido nos campos institucionais e midiáticos.

Essa articulação midiática neoliberal não atua de forma isolada, mas se alia diretamente ao modelo de produção do espaço urbano na contemporaneidade. Peter Marcuse (2009) e Mariana Baptista (2017), mostram, em seus estudos, como a mercantilização transforma o que deveria ser o direito à moradia em um privilégio econômico. Para ambos os autores, a gentrificação é o principal mecanismo por meio do qual populações empobrecidas são deslocadas dos centros em favor de empreendimentos milionários. Para além da questão habitacional, esse deslocamento também implica nos modos de vida, nas histórias coletivas e nas práticas comunitárias daquela população. Em contextos como o do Recife, a imposição de empreendimentos como o Projeto Novo Recife revela que esse processo se trata da substituição de um território de memória por um enclave verticalizado e desconexo das necessidades sociais, legitimado por discursos sobre modernização, revitalização e progresso.

Nesse sentido, a atuação do Diário de Pernambuco na cobertura do Movimento Ocupe Estelita pode ser compreendida como parte de um dispositivo discursivo que opera para naturalizar o modelo de cidade-mercadoria, em que o município passa a ser regido por critérios de rentabilidade e circulação de capital. Frente a essa realidade, a imprensa cumpre um papel fundamental ao moldar as representações públicas contrárias a esses processos, podendo ocultar suas divergências e impactos.

O estudo propõe, portanto, compreender como o discurso jornalístico participa das disputas simbólicas em torno de conflitos sociais, atuando como mediador ou opositor. Ao investigar a cobertura do Diário de Pernambuco sobre o Ocupe Estelita em seu momento de maior ebulição, busca-se contribuir com uma reflexão crítica sobre o papel da imprensa local na mediação da opinião pública e na compreensão do caso Estelita.

## 2 MOVIMENTO OCUPE ESTELITA

### 2.1 Ocupe Estelita, territorialidades e disputas discursivas

Quando, no dia 7 de maio de 2025, o prefeito João Campos (PSB) publicou em suas redes sociais um vídeo celebrando a construção do que ele chama “Parque do Cais”, localizado às margens do Cais José Estelita, no bairro de São José, centro do Recife, o gesto rapidamente repercutiu nas redes sociais e foi recebido com indignação por setores da sociedade civil e dos movimentos sociais. Para além de uma peça de divulgação institucional, muito característica na presença digital do gestor, o vídeo evidenciou os mecanismos de apagamento histórico e político que ainda moldam a relação entre o poder público e as organizações sociais urbanas na capital pernambucana. O parque em questão é fruto de anos de mobilização do Movimento Ocupe Estelita e possui nome, trajetória e significado singulares: Parque da Resistência Leonardo Cisneiros. A homenagem, formalizada por lei municipal, fruto da autoria do vereador Ivan Moraes e da deputada Dani Portela, foi sancionada pelo próprio Campos em 2024, apenas um ano antes, após ampla articulação parlamentar e pressão popular.

Professor universitário e militante engajado, o homenageado, Leonardo Cisneiros, *in memoriam*, foi um dos principais articuladores do grupo Direitos Humanos, que culminou no Ocupe Estelita, movimento que veio confrontar arduamente a implantação do Projeto Novo Recife. Idealizadas pelo consórcio de mesmo nome, as obras propostas previam a construção de 12 torres de até 30 andares cada, contando com 8 residenciais, 2 empresariais, 2 flats e 1 edifício-garagem, projetados no terreno da antiga Rede Ferroviária Federal no Cais José Estelita (Figueiredo, 2024). Direcionada às elites econômicas, a intervenção foi orçada em 800 milhões de reais, com apartamentos avaliados entre 400 mil e 1 milhão de reais, e preço do metro quadrado estimado em pelo menos R\$ 4 mil. A área foi adquirida no ano de 2008 em um leilão repleto de fraudes e atos ilegais, para o projeto encabeçado pelas construtoras Moura Dubeux, Queiroz Galvão, Ara Empreendimentos e GL Empreendimentos, articuladas sob o nome Consórcio Novo Recife. No dia do leilão, apenas o próprio consórcio compareceu ao certame, em uma manobra que deixou escancarado o caráter de alianças e convivências institucionais da operação:

Não houve, para a elaboração do projeto, Estudo de Impacto de Vizinhança (EVI) como preconiza o Estatuto da Cidade (Lei 10.257, de 10 de julho de 2001). Também faltaram, inicialmente, pareceres emitidos por órgãos como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Em adição, houve a alegação que o terreno, antes pertencente à Rede Ferroviária Federal (RFFSA), foi adquirido pelo Consórcio Novo Recife num leilão ilícito feito a partir da Portaria nº 282, de 21.09.2007 (Figueiredo, 2024, p. 16).

Com a repentina divulgação do projeto arquitetônico – que incluía a construção de edifícios gigantes de alto padrão em uma área de interesse público e valor paisagístico simbólico para a cidade, conhecida por ser um corredor natural de ventilação – e a conseqüente descoberta das articulações fraudulentas envolvidas no processo de compra do terreno, a reação popular não demorou para tomar fôlego. Organizados sobre o Grupo Direitos Humanos, professores, arquitetos, urbanistas, militantes e moradores de comunidades rapidamente passaram a pressionar e exigir participação nas reuniões da Prefeitura, questionando as lacunas do documento proposto e a falta de participação popular.

Sendo assim, o Movimento Ocupe Estelita emerge, em 2012, como uma contestação à apropriação do território sociourbano por interesses econômicos privados respaldados por políticas públicas excludentes. Não obstante, a Prefeitura do Recife, o Estado de Pernambuco e as empreiteiras seguiram ignorando as pressões diárias por revisão de projeto e integração social, culminando no ocorrido do dia 21 de maio de 2014. Na ocasião, a prefeitura municipal autorizou a demolição dos armazéns de açúcar localizados no Cais, mesmo diante da interceptação judicial por conta das irregularidades e rapidamente a tentativa de destruição dos galpões foi planejada para ocorrer discretamente, na calada da noite.

O plano, contudo, foi percebido por ativistas do MDU, que fizeram a informação circular de imediato nas redes sociais. A notícia provocou a mobilização de dezenas de pessoas que se dirigiram ao local em um gesto espontâneo que se desdobrou na ocupação permanente do espaço. Nos dias que se seguiram, os manifestantes levaram barracas, alimentos e estruturas que garantiam a permanência e rotatividade dos participantes, em um movimento de territorialização e insurgência coletiva do espaço público (Severien, 2024).

Inspirado em movimentos globais como o Occupy Wall Street (2011), oriundo da população dos Estados Unidos na luta contra a ganância corporativa e

desigualdades sociais explícitas, as discussões levantadas pelo grupo giraram em torno de um antagonismo à lógica de gentrificação que persegue a capital pernambucana ao longo de suas décadas. Segundo Severien (2024), foram cerca de 50 dias de ocupação, divididos em duas fases distintas: inicialmente no interior do terreno do cais e, após a reintegração de posse da área marcada por violência policial, sob o viaduto Capitão Temudo.

Ainda que não tenha conseguido impedir a implementação do Projeto Novo Recife, o MOE foi felizado em pautar o debate público sobre pertencimento na cidade, expondo as fissuras neoliberais nas disputas por territórios socio-habitacionais. A visibilidade alcançada repercutiu em instâncias jurídicas, acadêmicas e midiáticas, desafiando a aparente neutralidade dos processos de planejamento urbano. Entre as conquistas concretas do movimento, houve a mediação da reformulação parcial do projeto planejado, onde ficou acordado uma diminuição na quantidade e na altura das torres instaladas e a construção de ciclovias e uma praça pública, que abrigasse os moradores das comunidades Cabanga, Coque, Coelhos e Pina, localizadas no entorno do Cais, visto que, além do impacto ambiental, essas populações seriam prejudicadas com a enorme barreira imobiliária idealizada pelo Novo Recife.

Como coloca o sociólogo e estudioso no segmento de planejamento urbano, Peter Marcuse (2009), “a mercantilização da habitação transforma o direito de morar em uma cidade e m um privilégio econômico, acessível apenas àqueles que podem pagar”. A partir dessa leitura, é possível entender o processo de gentrificação como um mecanismo de segregação espacial, no qual populações comunitárias e de baixa renda são prejudicadas e deslocadas de áreas urbanas centrais por conta de uma alteração na dinâmica, em nome de uma lógica de valorização imobiliária e rentabilidade.

No caso do Projeto Novo Recife, observa-se um processo simbólico e emblemático dessa gentrificação, no qual o avanço do capital imobiliário sobre uma área de valor histórico e cultural significativo se deu em articulação com políticas públicas coniventes e omissas, comprometendo o direito à permanência e a circulação de classes mais baixas nesses territórios. Como analisa Mariana Baptista (2017), essas operações urbanas vêm sendo empregadas como forma de reestruturar as cidades, com o objetivo de adaptar o espaço urbano às necessidades do mercado. Essa lógica, como destaca a autora, resulta na implementação de políticas que produzem uma cidade segregadora, promovendo o deslocamento ou despejo das

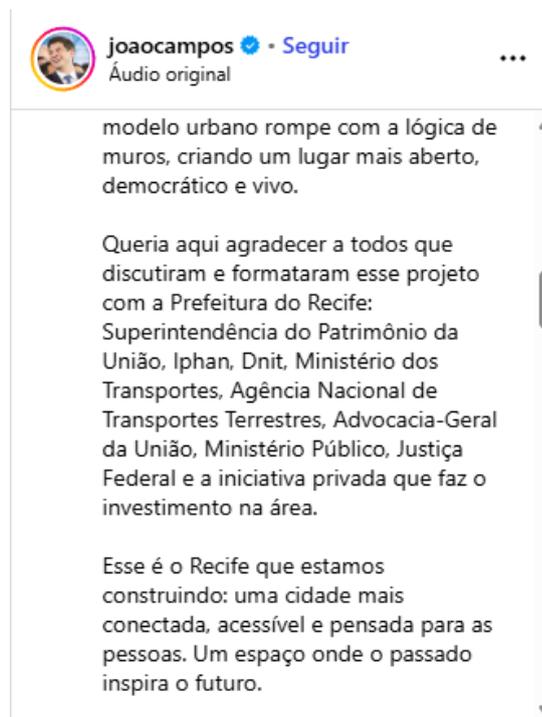
populações mais vulneráveis em função da produção de renda e da racionalidade neoliberal (Baptista, 2017, p. 41). Essa dinâmica, porém, se insere em um processo mais amplo e historicamente construído.

Segundo Valença (2012), “A tomada do centro pelas classes populares é mais efeito que causa do abandono do centro pelas classes média alta e alta.” (Ibid. pg 154). Vale ressaltar que a degradação desse centro não foi pelo envelhecimento do mesmo, mas por ele ter sido deixado a deteriorar, como uma estratégia do mercado imobiliário que visou a decadência desses centros para a promoção dos novos. (Meza M., 2007) [...] As operações urbanas surgem como uma forma de reestruturar a cidade, e conseguiram flexibilizar as leis previstas de urbanização, por terem um caráter “excepcional” (Baptista, 2017, p.38)

A análise operada por Baptista, somada ao pensamento de Peter Marcuse, é central para compreender como a gentrificação opera como uma diretriz estruturante de um modelo de cidade que privilegia a acumulação em detrimento de um estado de bem-estar social. Nessa conjuntura, o Movimento Ocupe Estelita confrontou diretamente essa lógica, escancarando os debates éticos sobre território público x privado e reconfigurando a questão urbana como um campo de disputa política. Com o lema “A cidade é nossa. Ocupe-a”, o MOE trouxe à tona os conflitos urbanos contemporâneos ao confrontar diretamente a privatização de uma área historicamente pública, cuja função social fora ignorada pelas instituições responsáveis.

Não à toa, quando, dez anos depois, João Campos menciona as conquistas do MOE como um “presente” da iniciativa privada e renomeia o parque, ignorando sua histórica política de luta e resistência carregada pelo nome de Leonardo Cisneiros, fica clara a tentativa de apagar, em nome da boa vizinhança com os parceiros do ramo empresarial, uma política recorrente na história do PSB, os confrontos que rodearam todo o caso do Cais José Estelita. Esse revisionismo fica ainda mais claro quando o gestor reforçou textualmente na legenda do vídeo todos os agentes que juntaram esforços para a reformulação do projeto, onde inclui-se a Superintendência do Patrimônio da União, o Iphan, Departamento Nacional de Infraestrutura e Esporte (Dnit), Ministério dos Transportes, Agência Nacional de Transportes Terrestres, Advocacia Geral da União, Ministério Público, a Justiça Federal e, por fim, a iniciativa privada. Nem os movimentos sociais, nem os setores urbanistas, como o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), foram mencionados em nenhuma vez ao longo da publicação e do texto que a acompanha (Figura 1).

Figura 1 - Agradecimentos na legenda do vídeo de João Campos



Fonte: Publicado por @JoaoCampos no Instagram em 07 de maio de 2025. Captura de tela da autora. Acesso em: 14 de julho de 2025.

## 2.2 O Novo Recife e a cidade-mercadoria

Embates entre ativistas engajados na luta pelo direito à cidade e o poder público, entretanto, atingiram seu ápice durante a primeira gestão de Geraldo Júlio (PSB), entre 2013 e 2016, quando o Projeto Novo Recife avançou de forma significativa e sem qualquer diálogo efetivo com a população. Embora o leilão que resultou na venda previamente articulada do terreno do Cais José Estelita à construtora Moura Dubeux tenha sido viabilizado em 2008, durante a gestão de João Paulo (PT), foi sob a administração seguinte, de João da Costa (PT), que o projeto recebeu aprovação institucional, sem realização de audiência pública, abertura à contestação popular, apresentação de estudos de impacto ambiental ou parecer favorável do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). No entanto, foi a demolição repentina dos armazéns do Cais, na madrugada do dia 21 de maio, que motivou o início da ocupação do terreno por ativistas, professores universitários e lideranças políticas, em um gesto de resistência que se tornou marco simbólico na luta contra a metropolização desenfreada na cidade do Recife.

Esse conflito se mostra ainda mais crítico quando se analisam os vínculos entre os agentes empreendedores do projeto e a estrutura política que o viabilizou. Em

2012, ano eleitoral, a construtora Moura Dubeux, por meio de doações ocultas, junto da empresa Queiroz Galvão, foi uma das principais financiadoras da campanha de Geraldo Júlio à Prefeitura.

Sobre a eleição do Prefeito Geraldo Júlio em 2012, sabemos, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que em 2012 a empresa Queiroz Galvão doou um total de R\$ 300.000 à campanha do então candidato. A Moura Dubeux, aparentemente para não figurar na lista de doadores, doou R\$ 500.000 diretamente para o PSB, partido ao qual Geraldo Júlio é filiado. Em 2014, na eleição para governador de Pernambuco, a Odebrecht doou R\$ 200.000 à campanha de Paulo Câmara, também do PSB. Numa leitura superficial não é possível reconhecer outras construtoras facilmente em meio aos doadores de campanha, contudo o blog do Jamildo, numa postagem que menciona a operação Lava Jato da Polícia Federal, informou que o candidato recebeu mais de R\$ 2 milhões em doações feitas por empreiteiras. O valor representa 20,5% do total arrecadado em sua campanha (Figueiredo, 2024, p. 19).

A ligação nada discreta entre o financiamento privado de campanhas e as decisões públicas de planejamento urbano nos anos seguintes evidenciou como as políticas locais da capital pernambucana foram capturadas por alianças guiadas por interesses empresariais bem firmados, negligenciando os direitos coletivos à ocupação da cidade e ao interesse popular.

A paisagem urbana reconfigurada pelo projeto Novo Recife se inseriu em um conjunto maior de intervenções colocadas em prática por Geraldo Júlio que visavam a transformação do Recife em uma espécie de “cidade-vitrine” para o resto do país. Essas ações foram marcadas pela verticalização acelerada das áreas centrais, a construção de condomínios de luxo voltados às elites e a priorização da mobilidade em bairros nobres. Um exemplo contundente dessa política foi o projeto que deu vida à Via Mangue. A primeira pista, no sentido Pina-Boa Viagem, foi inaugurada em junho de 2014, vinte anos após a proposta inicial do então prefeito João Paulo (PSB). Já a pista contrária, no sentido Boa Viagem-Pina, foi liberada em janeiro de 2016. Para viabilizar a obra, segundo reportagem do veículo Marco Zero Conteúdo<sup>1</sup>, cerca de 992 famílias das comunidades tradicionais de Beira-Rio, Combinado, Deus Nos Acuda, Paraíso, Pantanal e Xuxa, estabelecidas às margens do manguezal, foram removidas e realocadas em três conjuntos habitacionais: Via Mangue I e II, no bairro do Pina, e Via Mangue III, na Imbiribeira. No entanto, apesar da promessa de contrapartidas nesses locais, como obras de saneamento, eixos de infraestrutura e um parque ecológico, nenhuma das medidas saíram realmente do papel (Mendes, 2018).

---

<sup>1</sup> <https://marcozero.org/na-disputa-pela-paternidade-da-via-mangue-geraldo-julio-e-joao-paulo-omitem-informacoes-relevantes-sobre-a-obra/>. Acesso em: 10 de julho de 2025.

Por outro lado, a Via trouxe benefícios a empreendimentos privados localizados nos arredores da obra, como o Shopping RioMar e condomínios de luxo, como o Evolution Shopping Park, projeto da Moura Dubeux e um empresarial da construtora Queiroz Galvão – novamente, duas das empresas integrantes do consórcio que atua no Cais José Estelita e aliadas eleitorais dos governantes.

O Shopping RioMar também pode ser notado como peça central na engrenagem da “cidade-vitrine”. Erguido em 2012 às margens da Bacia do Pina e do Rio Capibaribe, no encontro com o bairro de Boa Viagem, o empreendimento materializou a noção de urbanismo em que cuidados ambientais e coletivos são suprimidos em ordem da manutenção do capital. Construído sobre uma área originalmente ocupada pelo maior manguezal urbano contínuo do mundo, a obra provocou o aterramento de parte desse ecossistema e a remoção de diversas famílias da região sob o argumento de modernização. Sob o argumento de modernização, o Riomar foi o primeiro shopping a ser inaugurado na cidade após 14 anos e foi celebrado como símbolo de progresso e modernização, trazendo consigo a presença de marcas de luxo e a venda de um ambiente com um *status quo* elevado, reforçado veementemente nos discursos das instituições municipais e dos empresários responsáveis.

Situado em uma área de alta valorização fundiária e imobiliária, o empreendimento se beneficiou diretamente das obras de mobilidade e infraestrutura realizadas pelo poder público. Aqui, não se pode deixar de notar a confluência com a obra da Via Mangue, que, como foi visto, veio a funcionar como eixo de valorização e facilitação no acesso aos novos espaços segregatórios financiados pela iniciativa privada. A reconstrução midiática em torno do bairro do Pina ilustra, de maneira clara, como as alianças políticas estavam bem firmadas na cidade do Recife. Para recapitular: a construção da Via Mangue, vendida como solução de mobilidade, valorizou e destacou empreendimentos de alto padrão com público-alvo bem definido, ao mesmo tempo que comunidades inteiras foram realocadas e esquecidas, promessas de saneamento básico e áreas verdes não foram cumpridas, e a nova infraestrutura ignorou qualquer tentativa de integração com os bairros populares vizinhos.

Tais projetos institucionalizam e explanam a submissão da urbe à um viés neoliberal que marca a produção metropolitana na América Latina: um centro urbano fragmentado, seletivo e segregador, voltada à acumulação de capital por meio da

exploração do solo urbano (Baptista, 2017). Nesse modelo de cidade-vitrine que está mais para cidade-mercadoria, o espaço público é substituído por ambientes com caráter milionário, enquanto o direito de acesso público e democracia urbana cede lugar à noção do direito de entrada mediado pelo de consumo. Na ausência de ambientes integrativos e paisagísticos, como praças e parques gratuitos, constroem-se shoppings, mega condomínios privados e flats de luxo. Na deficiência da mobilidade coletiva, ignoram-se os transportes públicos e se privilegia a melhoria do tráfego nos bairros nobres da zona sul da cidade. No aumento da criticidade nas áreas “quentes” em interesses imobiliários e turísticos, escondem e realocam-se as famílias empobrecidas. Em um arranjo como este, a cidade não pode ser nada mais que um mero filtro do mercado e dos ativos financeiros.

O documentário denunciativo produzido pelo Ocupe Estelita, *Recife, Cidade Roubada* (2014),<sup>2</sup> expõe essa engrenagem de espoliação e alianças tecnocráticas, tratando das contradições que permeiam os grandes projetos frutos de iniciativas privadas no centro da capital pernambucana. Não se trata, por isto, de atos de negligência institucional, mas de uma política bem fincada e planejada de afastamento da própria população local dos processos decisórios em relação ao território urbano. Trata-se, portanto, do sequestro da cidade.

### **2.3 O Recife de José Estelita: reflexões e desdobramentos históricos**

Ao investigar mais a fundo a região em que se situa o terreno do Cais do Estelita, Cavalcanti (2019) traz importantes descobertas. Em meio ao resgate da biografia e das ideologias que norteiam os pensamentos de José Estelita, figura histórica que nomeia a área em questão, a autora escancara uma ironia contundente quando se compara com todo o resultante da mercantilização e espoliação do espaço urbano promovida pelo Consórcio Novo Recife com apoio do poder público. Durante toda a sua vida, o engenheiro civil e urbanista se posicionou contra as formas de expansão desordenada que há anos ameaçam a região que leva seu nome. Nos artigos publicados no Boletim da Secretaria de Viação e Obras Públicas, veículo de referência no debate urbanístico local nas décadas de 1940 e 1950 cofundado pelo próprio, José Estelita defendeu a necessidade de legislações específicas para o

---

<sup>2</sup> <https://youtu.be/dJY1XE2S9Pk?si=weRZv4BNWndhRCR8>. Acesso em: 25 de jul. de 2025.

controle do crescimento das urbes, bem como a importância de espaços de socialização, convivência e integração como elementos indispensáveis à qualidade de vida de qualquer população.

Foi neste boletim que Estelita publicou diversos artigos – nos quais abordou questões sobre urbanismo, crescimento e qualidade de vida nos centros urbanos, levantando questões sobre experiências de planejamento urbano e intervenções locais e noutras cidades do mundo. [...] Entre os vários artigos escritos, José Estelita defendia uma legislação específica sobre crescimento e ocupação urbana, levando em conta as necessidades da cidade e também a necessidade de espaços livres, parques e praças, “indispensáveis à higiene e ao bem-estar de seus habitantes” (Cavalcanti, 2019, p.30).

O contraste com o projeto Novo Recife é, no mínimo, escandaloso. Ao contrário da visão do engenheiro, socialmente orientado para ações de fortalecimento da cidadania, o Consórcio Novo Recife atua como agente de financeirização do solo, operando com base em interesses privados e respaldo institucional comprado, como foi notado ao longo deste capítulo. O território que leva seu nome se tornou a materialização de sua antítese: um local patrimonial sob controle de mãos empresariais, os quais excluem atores urbanos que não se enquadram na lógica de lucro e consumo.

Defender, inteligentemente, o interesse geral contra o interesse particular, procurando salvaguardar o interesse do futuro, isto é, garantindo por lei os objetos e monumentos históricos e naturais sem preocupações exclusivas com o interessado presente, tem sido, de algum tempo a esta parte, a norma de ação surgida por todos os povos de grande cultura (Estelita, s.d., *apud* Direitos Urbanos, 2013).

Mais de uma década após o auge do Movimento Ocupe Estelita, a cidade do Recife permanece imersa na mesma lógica de espoliação urbana que foi denunciada incessantemente pelo movimento desde sua origem. A crise econômica que se abateu sobre o país nos anos seguintes, intensificada de forma brutal pela pandemia da Covid-19, elevou os índices de desemprego e impactou, conseqüentemente, o setor da construção civil. Contudo, com a retomada econômica no período pós-pandemia, o mercado imobiliário recifense voltou a operar com a mesma gana frenética. Em meados de 2025, quem percorre a Avenida Dantas Barreto e passa em frente ao Cais José Estelita testemunha o avanço das obras que, após anos de resistência, começam a tomar forma concreta (Figueiredo, 2024). Sintomaticamente, esse processo não se restringe apenas ao Estelita. Áreas centrais da cidade continuam sendo loteadas para empreendimentos de alto padrão, como demonstra a inauguração do Novotel, um hotel de luxo erguido ao lado das emblemáticas Torres

Gêmeas, no ano de 2024. Ao redor, surgem cada vez mais e mais edifícios hiper verticalizados anunciados na planta, que causam estranhamento na paisagem histórica já consolidada.

O cenário atual é fruto direto de políticas urbanas que beneficiam sistemática e institucionalmente os ativos imobiliários, negociadas com Geraldo Júlio e mantidas, no momento, com o sucessor João Campos. Os resultados desse novo modelo de urbe recifense já são perceptíveis: segundo o índice FipeZap de 2024<sup>3</sup>, a capital pernambucana já se encontra entre as três com os valores mais altos do país em questão de sobrevivência e aluguel, perdendo apenas para São Paulo e Florianópolis, enquanto a crise habitacional se agrava.

Essa engrenagem que dissemina desigualdades sob a falsa idealização de desenvolvimento demanda uma revisão crítica imprescindível. Nesse processo, se torna fundamental entender e problematizar o papel das instituições e organizações midiáticas na legitimação discursiva e na constituição dessa nova visão de metrópole. Para comunicadores e pesquisadores, resta perguntar: como se construiu, discursivamente, essa cidade? Quais papéis os meios de comunicação tiveram nessa conjuntura? A quem a mídia pernambucana serve, e como? O próximo capítulo, portanto, se debruça sobre um dos conglomerados jornalísticos mais antigos do estado, o Diário de Pernambuco, a fim de compreender, sob a ótica do jornal, como a imprensa local pernambucana é constituída e como se posicionou frente ao embate entre mercado, estado e sociedade civil ao longo dos anos.

---

<sup>3</sup><https://www.fipe.org.br/pt-br/indices/fipezap/#indice-fipezap-historico>

### 3 O DIARIO DE PERNAMBUCO

#### 3.1 O Diario de Pernambuco e as elites governantes: um panorama de alinhamento editorial

A compreensão dos conflitos urbanos e econômicos e das dinâmicas sociais no Recife contemporâneo exige uma análise cuidadosa do papel exercido pelos meios de comunicação. Antes de adentrar na cobertura do Movimento Ocupe Estelita, é fundamental compreender com maior profundidade a formação histórica da mídia em Pernambuco, em especial sobre o veículo que, ao longo das últimas décadas, se consolidou como um dos principais agentes na produção e circulação de sentidos sobre a capital pernambucana: o Diario de Pernambuco. Nesse processo, é crucial a construção de um olhar que situe o jornal em uma perspectiva mais ampla, levando em conta sua trajetória nos circuitos econômicos locais e seu papel como agente do quarto poder.

Este capítulo propõe, portanto, examinar o percurso histórico do Diario de Pernambuco como um veículo vinculado aos interesses econômicos dominantes, desde sua fundação em 1825 até sua atuação na atualidade, às vésperas de seu bicentenário. Acredita-se que o jornal atua como mediador e legitimador das elites econômicas pernambucanas e dos interesses empresariais desde sua origem, ainda que os regimes de acumulação e as formas de poder tenham se transformado ao longo do tempo, atravessando desde o mercantilismo escravocrata do século XIX ao neoliberalismo contemporâneo e, mais recentemente, como braço discursivo do capital imobiliário.

A trajetória do Diario oferece um exemplo de um modelo de imprensa associado às dinâmicas econômicas que atravessavam o Brasil Imperial. Como registrado em seu próprio texto de apresentação editorial, publicado na primeira edição e transcrito por Jambo, o veículo visava facilitar o fluxo de transações comerciais e a circulação de informações de interesse econômico:

Faltando nesta cidade assaz populosa um diario de anúncios, por meio do qual se facilitassem as transações, e se comunicassem ao público notícias, que a cada um em particular podem interessar, o administrador da Tipografia de Miranda e Companhia se propôs a publicar todos os dias da semana exceto aos domingos somente o presente diario, no qual debaixo dos títulos de – Compras – Vendas – Leilões – Aluguéis – Arrendamentos – Aforamentos – Roubos – Perdas – Achados – Fugidas e Apreensões de escravos – Viagens – Afretamentos – Amas-de-leite etc., tudo quanto disser respeito a tais artigos; para o que tem convidado a todas as pessoas que houverem de fazer estes ou outros quaisquer anúncios, os levarem à mesmo

Tipografia que lhes serão impressos grátis, devendo ir assinados” (Diário de Pernambuco, 1825, *apud* Jambo, 1975, p. 80-81).

Essa configuração inicial do DP como um diário de anúncios revela, para além de sua função econômica, sua combinação ao tecido comercial da época. Nessa circunstância, o Diário de Pernambuco, em um primeiro momento sob a direção de Antônio de José Miranda Falcão, se apresenta como um agente facilitador da atividade econômica do Nordeste, com a oferta quase diária de um espaço para a divulgação de vendas, compras e negociações.

A prevalência do interesse mercantil permaneceu como base mesmo em momentos de mudanças editoriais. Ainda que, anos mais tarde, o Diário também viesse a desempenhar funções políticas, culturais e sociais claras, com posições anti-escravistas, seu percurso inicial permite identificar uma ótica da imprensa como braço direito das práticas econômicas. A fase iniciada em sequência sob a coordenação de Manuel Figueroa de Faria reafirma o compromisso do jornal com a esfera comercial, ampliando a cobertura exterior sem abandonar tal vocação, tomando para si uma função de veículo dos órgãos da província. A nova chefia, segundo Jambo (1975, p. 150), "compreendeu de logo que um jornal conservador, equidistante das contendas políticas da época, mais próximo aos órgãos governamentais, seria mais fácil sobreviver e atravessar os anos sem perder a desejável notoriedade".

Reafirmando os propósitos iniciais proclamados por Miranda Falcão, de que a folha seria uma folha do comércio, manifestava-se assim: "*O DIÁRIO DE PERNAMBUCO, como jornal de comércio, será mais efetivo em dar notícias estrangeiras de que tanto se precisa e cuja falta nos tem feito pensar ao acaso sobre a política do mundo*". Insistia no lado econômico dos negócios, prometia a publicação da pauta das mesas de renda, como a divulgação dos preços de mercadorias das diferentes plagas. Ainda mais: revelando-se um promotor da civilização provinciana, haveria de seguir restritamente a estrada da imparcialidade, tendo a decência por termômetro. Tudo para concluir: "*Finalmente, trabalhando por ser útil, instruir, harmonizar e não ofender, serão felizes os redatores se tanto conseguirem*" (Jambo, 1975, p. 150).

Além da busca por informações relativas à conjuntura econômica global e ao comércio exterior, a preocupação com a neutralidade política, expressa no lema editorial "trabalhando por ser útil, instruir, harmonizar e não ofender", deve ser percebida como estratégia de manutenção de um ambiente favorável às alianças com os grupos dominantes, postura que visava manter uma governabilidade institucional. Mesmo quando o jornal assumiu posições de cunho liberal, como no apoio à abdicação de D. Pedro I ou à abolição da escravatura, o fez dentro de um campo de consensos das elites modernizadoras, buscando preservar a governabilidade e se

adaptar às novas formas de poder. Em contextos de tensão social aguda, como durante a Revolução Praieira (1848–1849), o DP manteve sua lógica, se alinhando às forças repressivas e classificando os revoltosos como responsáveis por disseminar o “susto e o terror” (Diário de Pernambuco *apud* Ferreira e Júnior, 2009, p. 1). Esse padrão de defesa da ordem social, mesmo sob o custo da repressão, atravessa sua trajetória duzentos anos depois, como veremos neste trabalho.

Durante a Primeira República, o jornal novamente ficou conhecido como órgão dos governos estaduais e federais, em especial no período de domínio das oligarquias. A partir de 1901, sua posse passou a ser de Francisco de Assis Rosa e Silva, líder aristocrata das elites açucareiras de Pernambuco. A vinculação direta do apoio a sua candidatura contra o General Dantas Barreto, no caso da eleição de 1911, momento de extremo embate político na capital pernambucana, expõe a combinação entre o jornalismo e um certo tipo de clientelismo político. Esse episódio foi tão explícito que gerou revoltas populares violentas e culminou no empastelamento do jornal, sem, contudo, alterar sua orientação (Jambo, 1975).

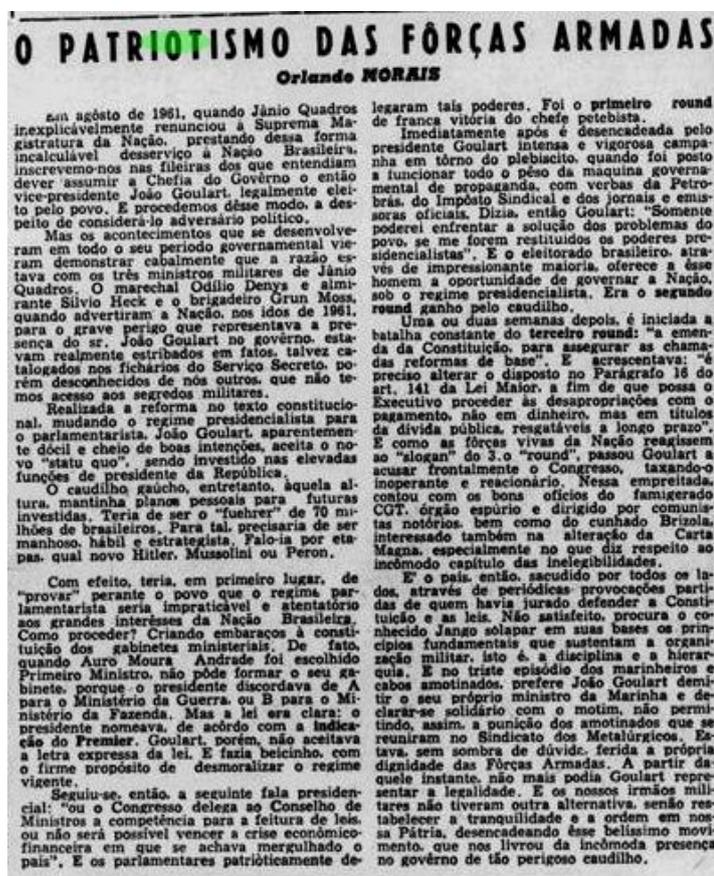
Na década de 1930, já no comando dos Diários Associados de Assis Chateaubriand, o DP continuou atuando como mediador dos interesses econômicos dominantes. A aproximação com o integralismo, em 1932, elogiado em coluna como movimento de “renovação cívica”, reforça a disposição do veículo em apoiar projetos autoritários desde que alinhados à ordem social estabelecida.

Na edição de 27 de novembro de 1932, a coluna “Várias”, de Aníbal Fernandes, elogiou o aparecimento do integralismo, afirmando tratar-se de “um movimento de ideias que pode ser o ponto de partida para uma verdadeira renovação cívica do Brasil”. Pouco depois, a mesma coluna criticou a participação do governo provisório pernambucano na formação do Partido Social Democrático (PSD), “de fundo marxista e anticristão, afagando correntes extremadas” (Ferreira, Junior, 2009, p. 6)

Durante o regime militar brasileiro (1964-1985), o Diário de Pernambuco se estabeleceu como um dos veículos de imprensa que mais explicitamente apoiaram o golpe de 1964 e a derrubada do governo democraticamente eleito, em subordinação ao discurso conservador e anticomunista predominante em parte significativa da mídia nacional. No contexto político local, o jornal publicou editoriais e reportagens que exaltavam a intervenção das Forças Armadas como uma ação necessária para o país. Um exemplo é o artigo de 4 de abril de 1964, intitulado “O patriotismo das Forças Armadas”, no qual o periódico celebrava o papel do Exército na suposta “salvação”

da sociedade brasileira, reafirmando a narrativa do golpe como um ato legítimo e patriótico (Figura 02).

Figura 02 – Artigo “O patriotismo das Forças Armadas”



Fonte: Diário de Pernambuco (Hemeroteca Digital), 4 de abril de 1964.

O Diário de Pernambuco integrou, portanto, o aparato midiático que contribuiu para a ratificação da ruptura golpista, assumindo uma postura favorável à coalizão formada por militares, grupos anticomunistas e frações da elite econômica que tinham uma guinada à esquerda, o famoso "fantasma do comunismo". Um dos indícios mais claros desse alinhamento é o apagamento sistemático de vozes dissidentes da linha editorial, como no caso de dom Hélder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, cuja importante atuação crítica ao regime foi silenciada pelo jornal.

Como observa Bezerra (2009, p. 10), dom Hélder foi "deliberadamente esquecido pelo noticiário do jornal, preocupado em não fazer referência a pessoas que não fossem benquistas pelo regime militar". Essa exclusão também se aplicou a outras figuras públicas como o ex-presidente João Goulart e o ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes, ambos exilados após o golpe. Dessa maneira, o Diário

de Pernambuco não somente aceitou, mas também incorporou os valores e objetivos do projeto autoritário, funcionando como uma extensão dos interesses do regime.

Se, ao longo do século XIX e grande parte do XX, o Diário de Pernambuco operou como um agente midiático vinculado ao projeto das oligarquias agrárias e, posteriormente, aos interesses autoritários e conservadores do regime militar, nos anos seguintes que dizem respeito às últimas décadas do século XX e no início do XXI, o jornal atravessou um novo processo de adaptação. A ascensão do ideário neoliberal, a reestruturação da cadeia de produção global e a financeirização das economias em todo o país implicaram uma transformação nas relações entre imprensa, poder público e capital privado. Em Pernambuco, esse processo se expressou de forma intensa a partir dos anos 1990, com a emergência de projetos de modernização urbana voltados à competitividade econômica. Nesse contexto, o Diário de Pernambuco manteve sua posição estratégica de subserviência à norma institucional, agora reposicionado como defensor de uma agenda empresarial liberal que defendia crescimento, inovação e progresso urbano. O próximo tópico investiga essa inflexão discursiva do jornal, observando como ele se articulou ao novo ciclo de poder instaurado no Recife a partir da década de 1990 até o ano de 2014, com a explosão do Ocupe Estelita e as disputas em torno do Cais.

### **3.2 O DP e o crescimento neoliberal imobiliário em Pernambuco**

Com o esgotamento do regime militar e a redemocratização do país nos anos 1980, Pernambuco, assim como todo o Brasil, assistiu à uma reorganização dos seus blocos de poder. Essa transição, no entanto, não representou uma ruptura com as estruturas anteriores, mas sim uma reconfiguração no modo de atuação das elites oligárquicas, que passaram a se articular com novos grupos econômicos e políticos em torno do ideário neoliberal (Santos e Mello, 2021). A abertura econômica, o desmonte do Estado autoritário e a reconfiguração do planejamento urbano criaram as condições para o surgimento de uma nova elite regional, formada por gestores empresariais, executivos do setor imobiliário e políticos tecnocráticos que assumiram o controle dos espaços decisórios e das questões socio-urbanas das cidades. Bem articulada, essa nova elite potencializou seu poder a partir da financeirização da economia e do protagonismo do mercado imobiliário.

No contexto pernambucano, a construção civil assumiu papel de vanguarda nesse processo. Conforme Santos e Mello (2021), dos anos 1990 em diante, sob políticas de modernização urbana pautadas pela atração de investimentos, empreiteiras e incorporadoras passaram a disputar centralidade na política local, configurando uma face concreta da lógica neoliberal. Essa dinâmica, porém, não ficou restrita ao campo econômico, pois influenciou a forma como os meios de comunicação abordaram as questões sociais e políticas, nos quais passaram a propagar a valorização do empreendedorismo, da privatização e do papel reduzido do Estado, moldando a percepção pública sobre desenvolvimento e progresso.

Em seu livro “As evidências do discurso neoliberal na mídia”, Thierry Guilbert (2020) já tratava da forte intervenção que os veículos midiáticos de grande alcance exerciam no cenário político mundial, moldando os acontecimentos a favor da roda do capital. Esse jogo de discurso entre poder político e mídia configura um cenário no qual a informação circula como mercadoria, sendo usada para justificar a adesão a políticas reacionárias como mero fruto da “opinião pública”, inerente a qualquer sociedade, ainda que ela seja articulada, moldada e influenciada pelos próprios meios de comunicação. O autor observa:

[...] está hoje demonstrado que poder político e meios de comunicação são fortemente entremeados. As origens socioculturais, os percursos de formação, os modos de vida e a visão de mundo dos “grandes jornalistas” e dos políticos, seus habitus, portanto, são frequentemente muito próximos. Assim, a informação parece girar num circuito fechado: produzida para e por aqueles que dela tiram um benefício direto. Como toda mercadoria. A interação político-midiática é tão forte que muitas vezes é difícil saber se a informação é criada pelo político ou pelo jornalista (Guilbert, 2020, p. 18).

Em Pernambuco, a consolidação do ideário neoliberal não se manifestou exclusivamente por meio das reformas econômicas federais, mas também pela reformulação dos espaços urbanos e pelas alianças entre imprensa, poder público e setores privados. As grandes construtoras passaram a ocupar o papel de protagonistas na transformação da cidade em mercadoria, numa dinâmica que David Harvey concebeu como “acumulação por espoliação”. Na obra “O Novo Imperialismo” (2003), o autor caracteriza esse processo predatório pelos seguintes pontos: a expulsão de populações tradicionais de seus territórios de habitação, a privatização de bens e terras públicas, a monetarização e redistribuição de riqueza em favorecimento do capital financeiro e na transformação de sentidos dos direitos coletivos de uma sociedade em direitos privados. O Diário de Pernambuco, que na

época já obtinha grande prestígio regional, atuou como mediador e legitimador dessas transformações ao difundir um discurso que naturaliza e valida a privatização do espaço urbano.

Ao longo das décadas de 1990 e 2000, o jornal manteve uma relação de cooperação explícita com o setor imobiliário e as empreiteiras, evidenciada tanto na veiculação de campanhas publicitárias quanto na cobertura jornalística, que reforçava projetos excludentes sob a bandeira do avanço urbano. Mais do que noticiar, o DP passou a funcionar como extensão do mercado de imóveis, difundindo a narrativa de uma urbe voltada não para cidadãos, mas para consumidores de alto poder aquisitivo.

Essa articulação fica clara em anúncios como o do Edifício Country Prince, publicado em 1995, cujo slogan “Aqui você é o dono da rua” (Figura 3) declara nas entrelinhas uma apropriação excludente da cidade. O edifício, localizado em uma rua privativa, constitui uma idealização de uma microcidade autônoma e autossuficiente, o que “nos revela algo de uma fabulação de vida centrada nos espaços interiores, em oposição às vivências coletivas” (Lins, 2020, p. 102). Já o anúncio do Joanna Dhália, em 2005, apresenta o condomínio luxuoso como completo em infraestrutura e segurança, destinado a consumidores que buscam proteção e isolamento do espaço público e da diversidade urbana (Figura 4).

Figuras 3 e 4 - Anúncios dos edifícios Country Price e Joanna Dhália

**EDIFÍCIO COUNTRY PRINCE**  
Rua Lacerda, 100 - Recife - PE

**AQUI VOCÊ É O DONO DA RUA.**

Numa rua privativa em pleno bairro dos Afritos.

3 QUARTOS (1 SUÍTE),  
3 BANHAS DE GARAGEM.  
Sala para 3 ambientes.  
Varanda, Cozinha,  
Área de serviço,  
Dependência completa,  
Piscina, Saunas, Deck,  
AC de ar-condicionado,  
Arquitetura para  
Sala de jogos,  
e Salão de festa  
com cozinha e bar.  
Área de lazer com  
AMFOLTV,  
Gabinete Central  
de gás, Interfone.

O ambiente perfeito para você desfrutar o máximo em tranquilidade.

Sinal	A partir de	R\$ 4.860,00
Contrato		R\$ 4.860,00
72 mensais		R\$ 639,90
8 intercaladas		R\$ 2.135,40
Habite-se		R\$ 8.100,00

Plantão no local

**CasaOrte**  
241.5455

**JOANNA DHÁLIA**

VISTA PARA O MAR NO PONTO MAIS CLÁSSICO DA DOMINGOS FERREIRA.

COMFORTO: ampla área de lazer com piscina, quadra de tênis, academia, salão de festas, salão de jogos, salão de beleza, salão de cabeleleiros, salão de manicure, salão de pedicure, salão de unhas, salão de sobrancelhas, salão de depilação, salão de massagem, salão de relaxamento.

LAZER: churrasqueira, playground, sala de jogos, salão de festas, salão de beleza, salão de cabeleleiros, salão de manicure, salão de pedicure, salão de unhas, salão de sobrancelhas, salão de depilação, salão de massagem, salão de relaxamento.

SEGURANÇA: Acesso controlado, Monitoramento 24 horas, Sistema de segurança, Equipamento de proteção pessoal para todos os moradores.

ESPECIALIZAÇÃO: VENTILADOR 4 VAZES, TELA E BARRA CONTROLADA DE SOMNO BY JAC SMOOK

**CONDOMÍNIO JÁ VENDIDO**

PLANTÃO DE EMERGÊNCIA 24 HORAS  
1141 1811 5447 / 1811 5447 1141  
1141 1811 5447

**MD**  
Moreira Dutra  
Imobiliária

JAC 1811 5447 1141  
www.moreira-dutra.com.br

Fonte: Adaptado de Lins, Marcela Barbosa. Formas de ser e habitar na publicidade imobiliária do Recife, 2020, que reproduz imagem de Diário de Pernambuco, 1995 e 2005, respectivamente.

Outro exemplo é o anúncio do Edifício Shopping Prince, com publicação de 2001 (Figura 5), que associa o imóvel a um grande centro de consumo desenfreado da cidade, o Shopping Recife. A propaganda associa noções de moradia com a estética do consumo e das compras, ilustrando a mercantilização da vida urbana.

Figura 5 - Anúncio do Edifício Shopping Price



Fonte: Adaptado de Lins, Marcela Barbosa. Formas de ser e habitar na publicidade imobiliária do Recife, 2020, que reproduz imagem de Diário de Pernambuco, 2001.

Posteriormente, o DP incorporou em seu editorial o espaço semanal “Lugar Certo”, fruto de uma parceria com o blog de mesmo nome. Caracterizada pela divulgação de tendências residenciais e comerciais da construção civil e oportunidades de investimento em imóveis, a seção trazia análises de mercado sob uma ótica positiva, com direito a falas dos construtores e investidores bem sucedidos, sem apresentar uma distinção clara entre jornalismo e publicidade.

Mesmo durante o auge da disputa urbana no Cais José Estelita, o Diário de Pernambuco seguiu atuando como vitrine das grandes construtoras. Apenas durante o período de maio e junho de 2014, período de emergência do Ocupe Estelita, foram encontradas cerca de 48 matérias ou notas publicitárias que promoviam novos empreendimentos celebrados por suas localidades estratégicas e infraestrutura moderna e independente, repetindo os mesmos padrões utilizados nos anúncios dos

anos 90 e 2000. Desse total, vale ressaltar que uma dezena dizia respeito a construtoras integrantes do Consórcio Novo Recife.

Sendo assim, nota-se que o Diário de Pernambuco, distante de ser um mero observador neutro dos processos sociais e urbanísticos do estado, desempenhou um papel de dispositivo ativo na naturalização de consensos favoráveis aos interesses dominantes. A consolidação de um modelo de cidade-mercadoria – já premeditado no final da década de 90 e intensificado em meados de 2010 – voltado à ordem do capital financeiro e da segregação urbana, encontrou respaldo contínuo no jornal, que contribuiu para a construção simbólica de um Recife voltado às elites.

É nesse pano de fundo que se insere o Movimento Ocupe Estelita, cuja postura combativa em 2014 sugere um momento de revolta direta com as estruturas tradicionais de poder, sobretudo na mídia. Os confrontos em torno do Cais José Estelita não se deram de forma limitada no campo jurídico e institucional, mas principalmente no plano social e comunicacional. Nesse embate, o Diário de Pernambuco operou como um agente importante na despolitização da população frente às novas configurações urbanísticas. Sobre essa coalizão político-midiática, Guilbert (2020) indaga:

[...] a informação parece girar num circuito fechado: produzida para e por aqueles que dela tiram um benefício direto. Como toda mercadoria. A interação político-midiática é tão forte que muitas vezes é difícil saber se a informação é criada pelo político ou pelo jornalista. Como informar quando a função crítica é tão maltratada, e o que dizer, então, do contrato de objetividade? Podemos compreender o mundo atual se a única representação que é dada dele nos meios de comunicação é justamente aquela do discurso neoliberal? Se as palavras utilizadas encerram apenas uma única visão de mundo, dominante, portanto, partidária? (Guilbert, 2020, p. 18).

A análise de sua cobertura sobre o MOE, portanto, não pode ser compreendida como um episódio isolado, mas como desdobramento de uma trajetória de enraizamento na economia política local. O próximo capítulo procura entender o tratamento jornalístico dado pelo Diário de Pernambuco ao Movimento Ocupe Estelita, buscando compreender, a partir dos métodos de Análise de Discurso, conceituado por Teun Van Dijk (2008), como a cobertura do jornal, em seu período de maior atuação, se articulou aos interesses empresariais a partir de suas regências discursivas. Também serão investigados mais profundamente os tensionamentos do veículo com as construtoras do Consórcio Novo Recife e com políticas de mercantilização.

#### **4 A COBERTURA DO DIARIO DE PERNAMBUCO SOBRE O OCUPE ESTELITA EM 2014: ENQUADRAMENTOS E SILENCIAMENTOS**

A cobertura do Diário de Pernambuco acerca do processo de demolição dos armazéns do Cais José Estelita e da ocupação do espaço pelo Movimento Ocupe Estelita (MOE) destaca-se pela abordagem predominantemente técnica, despolitizada e institucional que o jornal adotou.

Entre os dias 01 de maio até 31 de julho foi observada uma clara postura legalista e burocrática, evidenciada pelo predomínio de fontes oficiais, como representantes do governo estadual, secretarias municipais, da prefeitura e das construtoras envolvidas no Projeto Novo Recife, em detrimento das vozes populares e dos próprios movimentos sociais. Todo o caso do Ocupe Estelita, por sua vez, foi recorrentemente apresentado de maneira impessoal ou enquadrado dentro de um contexto de embate e oposição, o que, aliado a alternância do uso das vozes (nesse caso, se tratando de voz passiva e ativa) ao depender do agente mencionado, contribui para a construção de uma imagem tensionada do movimento.

No plano contextual, o período analisado foi marcado por intensas tensões sociais no Brasil, em Pernambuco e no Recife, incluindo as eleições eleitorais gerais e a Copa do Mundo de Futebol, importantes acontecimentos que geraram discussões acirradas sobre o caráter político do uso do espaço urbano. Apesar desse cenário, o Diário de Pernambuco manteve, em suas páginas, a presença recorrente de matérias publicitárias pagas por construtoras imobiliárias. Isso fica evidente nas publicações encontradas no espaço Lugar Certo, editoria dedicada aos empreendimentos do mercado de construção civil.

Antes mesmo de qualquer menção ao empreendimento no Cais José Estelita, o jornal já construía uma narrativa favorável à lógica de mercado e à ocupação dos espaços centrais da cidade sob a ótica do setor de imóveis, com destaque para duas matérias. A primeira, intitulada “O resgate do Centro da cidade”, publicada no dia 1 de maio de 2014, destaca a retomada do centro do Recife pelo setor de imóveis como uma tendência positiva, vinculando esse movimento diretamente à ação de construtoras e ao crescimento econômico da região.

Um trecho põe em evidência essa construção discursiva: ‘Quem nunca leu em livros, já deve ter escutado relatos de que o Recife nasceu no Centro, no bairro do Recife, na Avenida Conde da Boa Vista. E é ali que hoje existe uma demanda de

desejos de moradia que de um ano para cá só cresce”. Entre as fontes, estão representantes da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário de Pernambuco (Ademi-PE) e do Sindicato da Habitação de Pernambuco (Secovi-PE), evidenciando os benefícios dos investimentos nestas moradias (Figura 6).

Figura 6 – Matéria “O resgate do Centro da cidade”

## O resgate do Centro da cidade

Busca do consumidor pelo Bairro do Recife e proximidades leva empresas a lançarem imóveis no local

MARIANA CLARISSA  
ESPECIAL PARA O DIÁRIO  
marianaclarissa.pe@dabr.com.br

Publicação: 01/05/2014 03:00

 Maria Virgínia trocou a vista para o mar, em Candeias, pela visão da Rua da Aurora (DEBORA ROSA/ESP. DP/D.A PRESS)

Maria Virgínia trocou a vista para o mar, em Candeias, pela visão da Rua da Aurora

Ela trocou a vista do mar do bairro de Candeias pela beleza diária do Cais da Aurora na varanda de casa. Depois de 19 anos morando em Jaboatão dos Guararapes, a médica Maria Virgínia Braga decidiu que se mudar para a Rua da Aurora, no bairro de Santo Amaro, lhe traria mais mobilidade. “Ainda não experimentamos tudo que o Centro tem a oferecer, porque nos mudamos há poucos meses, mas estamos gostando muito”, afirma. Quem nunca leu em livros, já deve ter escutado relatos de que o Recife nasceu no Centro, no bairro do Recife, na Avenida Conde da Boa Vista. E é ali que hoje existe uma demanda de desejos de moradia que de um ano para cá só cresce.

“O mercado imobiliário tem observado esse desejo do cliente e ainda o crescimento econômico da região, e, de olho nisso, tem projetado e ofertado moradias. É a busca por centralidades, pela qualidade de mobilidade, de estar próximo a tudo que tem atraído as pessoas”, pontua o presidente do Conselho Consultivo da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário de Pernambuco (Ademi-PE), Eduardo Moura. Além disso, o Bairro do Recife tem sofrido mudanças positivas. “O lazer tem se transformado em um dos principais pontos de destaque para moradores da região”, completa o presidente do Sindicato da Habitação de Pernambuco (Secovi-PE), Elísio da Cruz.

Segundo o índice FipeZap, os bairros da Boa Vista e de Santo Amaro comercializam a metragem por R\$ 3,8 mil e R\$ 3,6 mil, respectivamente. O perfil de pessoas que desejam morar no Centro é diverso. “O polo médico e o jurídico, na Ilha do Leite, assim como o Porto Digital, os órgãos públicos e comércio trazem muitos profissionais dessas áreas interessados em morar perto do trabalho”, diz o gerente comercial da Conic, Rodrigo Aureliano.

Mesmo com a expectativa de grande adesão, Eduardo Moura pontua que a região não chegará a superar o índice de vendas de Boa Viagem. “O bairro se sustenta só e, mesmo tendo um perfil diverso de interessados e grande infraestrutura como os bairros do Centro, possui projetos de edifícios de luxo, que ainda não é uma realidade da Boa Vista ou de Santo Amaro”, explica.

A Conic vem desbravando a Rua da Aurora nos últimos anos. No catálogo de lançamentos, dois residenciais, o Vila Corina e o Cais da Aurora. A construtora projeta ainda mais um edifício para o bairro da Boa Vista: o residencial Nossa Senhora do Carmo com dois ou três quartos. Além da Conic, a Moura Dubeux já inicia as construções das três torres que vão compor o condomínio Torre da Aurora. O projeto vai dispor de 768 unidades de 57 a 80 m<sup>2</sup>.



Fonte: Captura de tela da autora

A segunda matéria “Centro do Recife é a bola da vez”, agora do dia 15, repete os padrões tendenciosos e reforça a norma editorial de apresentar o Centro como um território articulado na narrativa da valorização imobiliária (Figura 07).

Figura 7 – Matéria “Centro do Recife é a bola da vez”

MOBILIDADE »

## Centro do Recife é a bola da vez

Publicação: 15/05/2014 03:00

 Imóvel terá 192 unidades que variam de 33 m2 a 47 m2 (CONLAR/DIVULGAÇÃO)

Imóvel terá 192 unidades que variam de 33 m2 a 47 m2

Os bairros do Centro do Recife são a aposta do mercado imobiliário. Diante disso, algumas construtoras já planejam a construção de empreendimentos no local e a Conlar é uma delas. Ainda em fase de pré-lançamento, o edifício Vita Home Service ficará localizado na Rua Fernandes Vieira, no bairro da Boa Vista, e vai dispor de um total de 192 unidades que variam de 33 m2 a 47 m2. De acordo com o diretor-presidente da Conlar, Jair Teixeira, a região tem sido alvo de forte interesse de moradia e o fator gera expectativas de vendas bastante positivas.

“Morar no Centro é estar próximo de praticamente tudo. Além disso, é uma região forte em serviços. Há faculdades e escolas, bancos, restaurantes, o polo médico e jurídico, por exemplo. É a busca pela praticidade e também pela mobilidade”, afirma.

Por serem compactas, as unidades são destinadas a solteiros, casais e famílias menores, além de investidores, já que a rentabilidade pode chegar a 1%.

As áreas privativas de 33 m2 terão um quarto, enquanto as maiores irão dispor de dois dormitórios. Sala para dois ambientes, cozinha, banheiro e área de serviço também estarão dispostas nos apartamentos, que terão uma vaga de garagem. Na área comum, salão multiuso e lavanderia.

A construtora ainda não comercializa as unidades, mas em 90 dias o processo deve estar concluído. Os apartamentos terão valores a partir de R\$ 220 mil. “Já estamos percebendo o interesse da demanda, que já procura por preços e contratos. Isso mostra como o Centro ainda é escolha de moradia de muitas pessoas e estamos com expectativa de vendas rápidas”, afirma Teixeira. Os cadastros podem ser feitos no site [www.conlarconstrutora.com.br](http://www.conlarconstrutora.com.br) ou pelo telefone (81) 3465.8033.

Fonte: Captura de tela da autora

Ambos os textos tratam-se de conteúdos publicitários disfarçados de notícia e servem de importantes pontos de investigação, pois revelam o relacionamento do Diário de Pernambuco com as construtoras imobiliárias no ano de 2014. A presença de termos como “mobilidade”, “expectativas de vendas”, “interesse de moradia” e “alta demanda” operam como marcadores ideológicos que naturalizam a apropriação privada do espaço urbano e reforçam uma visão mercadológica de cidade. Aqui já se observa um comportamento discursivo que, como veremos mais na frente, se repetirá: a legitimação de certos grupos como agentes detentores do poder sobre as decisões urbanísticas, um posicionamento que se demonstrará ainda mais expressivo nas notícias seguintes sobre o caso Estelita.

A primeira matéria encontrada no mês de maio que diz respeito à temática apareceu no dia 22, um dia após o início da demolição dos armazéns do Cais José Estelita e também da ocupação por parte dos militantes. Estampado na capa, o texto se encontra na editoria “Vida Urbana”, no caderno “Local”. O Diário de Pernambuco, no entanto, adota um tom estritamente institucional, limitando-se a noticiar o início das obras e o planejamento feito pelo Consórcio Novo Recife, com apoio da Secretaria

Municipal de Planejamento Urbano. O jornal não apresenta o projeto em si e ignora a ocupação social, que já repercutia amplamente na cidade e nas redes digitais. A única menção a pessoas contrárias ocorre na passagem sobre um debate online sobre a legalidade das demolições, no qual o Consórcio Novo Recife afirma possuir alvará judicial para a realização (Figura 8).

Figura 8 – Matéria “Consórcio inicia demolições de armazéns”

NOVO RECIFE »

## Consórcio inicia demolições de armazéns

Publicação: 22/05/2014 03:00

 Obra no Cais José Estelita começou ontem à noite (ROBERTO RAMOS/DP/D.A PRESS)

Obra no Cais José Estelita começou ontem à noite

um consórcio integrado pelas empresas Moura Dubeux, Queiroz Galvão e Gerson Lucena.

Foi iniciada na noite de ontem a demolição dos armazéns do Cais José Estelita, no Bairro de São José. No local está prevista a implantação do Projeto Novo Recife, aprovado pela Prefeitura do Recife, que inclui a construção de 12 torres por

Em nota, o Consórcio Novo Recife informou que as demolições atendem a todas as exigências municipais. O Consórcio informou que possui alvará judicial para realizar a ação. Após o início da demolição, houve debate nas redes sociais de pessoas contrárias e favoráveis ao projeto. Foi questionado se a obra teria autorização.

A Secretaria de Planejamento Urbano do Recife anunciou, em dezembro, 16 intervenções mitigadoras no projeto, como a construção de um parque linear com 90 mil m<sup>2</sup> do Pina ao Bairro do Recife, acesso viário ao Cabanga, ciclovia no Cais José Estelita, demolição do Viaduto das Cinco Pontas, desapropriação na Avenida Central e alargamento de ruas do entorno e alargamento entre as ruas General Estilac Leal e Dilemano Reis. O projeto prevê investimento de R\$ 800 milhões e ocupará 101,7 mil m<sup>2</sup>.

Fonte: Captura de tela da autora

No dia seguinte, uma outra matéria sobre o caso Estelita aparece na capa do Diário de Pernambuco. Dessa vez, o texto reconhece as tensões sociais que levaram à interrupção das demolições dos galpões. Mesmo assim, o Movimento Ocupe Estelita é reduzido à expressão “grupo de manifestantes”, e é citado apenas uma vez no corpo da reportagem. A ocupação, apesar de ter sido o motivo da pausa nas obras, não é contextualizada nem explicada. A cobertura se concentra nos pareceres institucionais e traz destaque para os argumentos que legalizam o Consórcio Novo Recife, que continua reafirmando a legalidade jurídica com base no leilão realizado em 2012 (Figura 9).

Figura 9 – Matéria “Demolição de galpões interrompida no cais”

JOSÉ ESTELITA »

## Demolição de galpões interrompida no cais

Publicação: 23/05/2014 03:00

 Consórcio parou obras devido à ocupação de parte do terreno por manifestantes (ALLAN TORRES ESP DP/D.A PRESS)

Consórcio parou obras devido à ocupação de parte do terreno por manifestantes

A demolição dos galpões do Cais José Estelita, no Bairro de São José, foi interrompida ontem pelo Consórcio Novo Recife devido à ocupação de parte do terreno por um grupo de manifestantes. A área tem 101, sete mil quadrados e foi adquirida num leilão em 2012, por quatro empresas. No local está prevista a implantação de um projeto, aprovado pela Prefeitura do Recife, que prevê a construção de um complexo empresarial, residencial e de lazer.

Ontem à noite, o Ministério Público Federal divulgou nota oficial informando que, por meio da ação movida pela Procuradoria da República de Pernambuco, obteve liminar na 21ª Vara da Justiça Federal impedindo a continuidade da obra. O juiz federal Francisco Antonio de Barros diz, em seu despacho, que o consórcio só voltará a fazer qualquer intervenção depois que entregar todos os documentos comprovando a aprovação nos órgãos federais (Agência Nacional de Transportes Terrestres, Departamento Nacional de Infraestrutura e Iphan). O consórcio informou, à noite, que não foi notificado. As empresas podem recorrer da decisão.

Através de nota oficial, o consórcio informou que começou o processo de demolição de parte dos galpões localizados no terreno para iniciar as ações mitigadoras (16, no total) "acordadas com os órgãos públicos", como um parque linear com 90 mil metros quadrados e uma ciclovia que interliga a Via Mangue ao Bairro de São José. Na nota, as empresas ressaltam que o projeto atual foi resultado de "um longo processo de aprovação" e que a demolição "obedece a todos os trâmites legais". A Prefeitura do Recife concedeu a licença de construção em dezembro do ano passado e o alvará foi concedido pela Secretaria de Planejamento Participativo, Obras e Desenvolvimento Urbano e Ambiental.

O Novo Recife parou de executar as obras antes de receber uma notificação administrativa de embargo do Iphan, por "cautela para resguardar a segurança das pessoas" que estão no local. No fim da tarde, o Instituto notificou o consórcio sobre o embargo das atividades e serviços de demolição, diante da "necessidade de apresentação de documentação suficiente para garantir os registros" e "descumprimento da celebração do Termo de Ajustamento de Conduta" que seria feito entre o empreendedor e o órgão. O departamento jurídico do consórcio negou que um TAC estivesse em discussão e afirmou que todas as exigências feitas pelo instituto, através de uma portaria publicada em fevereiro deste ano, foram cumpridas, como a presença de dois arqueólogos durante a demolição e a elaboração dos projetos que assegurariam que não haveria qualquer dano ao patrimônio histórico e cultural.

—  
Fonte: Captura de tela da autora

Van Dijk, em suas investigações sobre os processos de produção das notícias, demonstra como a mídia atua de forma seletiva ao decidir quais atores sociais terão visibilidade pública e de que maneira serão representados. Segundo o autor, as matérias, as manchetes e os termos utilizados "não são arbitrários e nem determinados simplesmente por noções intuitivas, jornalísticas, sobre o que é ou não interessante" (Van Dijk, 2008). Em vez disso, essas escolhas refletem práticas discursivas ideologicamente orientadas, que moldam a percepção social dos acontecimentos e dos sujeitos envolvidos. O autor aponta, ainda:

Mesmo quando o poder dos meios de comunicação constitui uma forma de poder mediador, ele possui seu próprio papel autônomo na produção e na reprodução das estruturas de poder social. Por meio do uso seletivo de fontes de informação, rotinas jornalísticas consagradas e seleção de assuntos para as histórias, a mídia jornalística decide quais atores serão representados na arena pública, o que será dito a respeito deles e, em especial, como será dito (Van Dijk, 2008, p. 73-74).

Publicada no dia 24, a matéria "Consórcio vai recorrer de decisão" segue a mesma lógica das anteriores, com presença recorrente da defesa do Consórcio Novo

Recife, que esperava a decisão judicial para a retomada da posse. O caso volta a ser abordado no dia 30, informando sobre a decisão do Tribunal de Justiça que autoriza a retirada dos manifestantes que estavam ocupando o terreno dos armazéns. A matéria menciona brevemente Liana Cirne, identificada apenas como “advogada dos movimentos sociais”, expressão genérica que o DP vinha utilizando para se referir ao Movimento Ocupe Estelita, que, até então, não tinha nenhuma menção direta. A categorização apaga também as origens de seu envolvimento, já que, para além de advogada, Liana atuava como militante de destaque na linha de frente da ocupação. Além dela, a matéria traz as vozes do Tribunal de Justiça, do Ministério Público de Pernambuco e das empreiteiras que representam o Novo Recife. Assim, o enquadramento da reportagem continua a ignorar o movimento, mantendo o foco nas versões institucionais e na legalidade do processo (Figura 10).

Figura 10 – Matéria “Consórcio vai recorrer da decisão”

## Consórcio vai recorrer de decisão

Empresas responsáveis pelo Novo Recife vão apresentar documentos à Justiça Federal e ao Iphan

Publicação: 24/05/2014 03:00

 Demolição dos galpões foi interrompida (BERNARDO DANTAS/DP/D.A PRESS)

Demolição dos galpões foi interrompida

O Consórcio Novo Recife anunciou, ontem à noite, que vai recorrer, na segunda-feira, da decisão da Justiça Federal que determinou, através de liminar, o embargo da demolição de armazéns do Cais José Estelita. Os advogados

das quatro empresas que formam o consórcio vão apresentar a documentação solicitada pelo juiz da 21ª Vara da Justiça Federal, Francisco Barros, que garante, segundo eles, que o processo de demolição de três armazéns do antigo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) seguiu os trâmites legais. A derrubada foi interrompida pelo consórcio na última quinta-feira, depois que um grupo de manifestantes ocupou parte do terreno.

A argumentação das empresas para mostrar que não cometeram nenhuma ilegalidade se baseia na aprovação do projeto pela Prefeitura do Recife, em dezembro de 2013, na licença para demolição e na portaria do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), publicada em fevereiro deste ano, que designa dois arqueólogos para acompanhar o projeto.

A mesma documentação será remetida ao Iphan, que apresentou embargo administrativo ao consórcio, depois que as empresas interromperam as obras. O Iphan alegou “descumprimento da celebração do Termo de Ajuste e Conduta entre o empreendedor” e o órgão e “necessidade de apresentação de documentação suficiente” para garantir a proteção do patrimônio histórico que há no terreno onde está prevista a construção do complexo residencial.

### Termo

Um ofício do Iphan, publicado há dois anos, prevê a assinatura de termo de compromisso entre a prefeitura, o Instituto, a Agência Nacional de Transporte Terrestre e as empresas, para garantir e definir as responsabilidades de cada entidade. O documento não foi preparado ainda pelo Iphan. Quando estiver pronto, deverá servir de referência para a construção e não a demolição dos galpões. As empresas negam que estivesse em discussão qualquer TAC, como argumentou o Iphan.

Ontem, representantes do consórcio, dos movimentos sociais e da prefeitura se reuniram com o Ministério Público de Pernambuco para debater o projeto. Uma nova reunião ficou marcada para a próxima semana. Ficou acordado que, até a próxima reunião, qualquer fato novo, inclusive de uma possível reintegração de posse, deve ser comunicado ao MPPE e ao Ministério Público Federal antes de ser executado. Os manifestantes solicitaram audiências públicas para discutir o projeto.

Fonte: Captura de tela da autora

A primeira alusão ao Movimento Ocupe Estelita de forma objetiva vem em 1º de junho de 2014 e traz, junto dela, alguns pontos importantes a serem observados a partir de agora. Para fins analíticos, foram examinadas oito matérias-chave publicadas ao longo do período temporal observado, com foco nas edições dos dias 01, 02, 06, 18, 19, 21 e 23 de junho e 05 de julho. A seleção foi feita com base na relevância temática, na visibilidade conferida ao tema e na presença ou ausência do MOE como objeto da narrativa.

A publicação “Prefeitura marca reunião para discutir obras no cais”, embora traga em seu título um tom de diálogo e compreensão por parte do Poder Público, se desdobra um texto marcado pela institucionalidade e tecnicismo. A matéria anuncia que a Prefeitura do Recife convidou representantes de diversas entidades para uma reunião sobre o projeto do Novo Recife, incluindo representantes do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, do Instituto dos Arquitetos do Brasil, da Ordem dos Advogados do Brasil em Pernambuco e do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, das Universidades Federal e Universidade Católica de Pernambuco, do Observatório do Recife e, por fim, três membros do MOE. No entanto, apesar de mencionar o movimento, a narrativa textual centra seu foco nas ações da PCR e do consórcio empresarial, adotando um vocabulário predominantemente jurídico e administrativo (Figura 11).

Figura 11 – Matéria “Prefeitura marca reunião para discutir obra no cais”

## Prefeitura marca reunião para discutir obra no cais

Além de encontro na terça-feira, às 9h, haverá ainda uma audiência pública sobre o José Estelita na Câmara, em data a ser marcada

Publicação: 01/06/2014 03:00

Em nota oficial divulgada neste sábado, a Prefeitura do Recife convidou representantes de entidades, instituições e movimentos sociais para uma reunião, às 9h de terça-feira, quando será discutido o projeto Novo Recife, aprovado pela PCR em 2012. Outra iniciativa sugerida no documento é a realização de uma audiência pública na Câmara Municipal do Recife a ser articulada pela liderança do governo na Casa.

Os convidados para a reunião na sede da prefeitura são os presidentes do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, do Instituto dos Arquitetos do Brasil, da Ordem dos Advogados do Brasil em Pernambuco e do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, os reitores da Universidade Federal de Pernambuco e da Universidade Católica de Pernambuco, além de três representantes do Movimento Ocupe Estelita e um representante do Movimento Observatório do Recife.

A nota de esclarecimento da PCR destaca que o empreendimento foi aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento na gestão anterior, em dezembro de 2012. Inicialmente, o projeto previa um investimento R\$ 32 milhões em ações mitigadoras. Valor que subiu para R\$ 62,7 milhões, em dezembro passado, quando a atual gestão pediu novas intervenções, entre elas a criação de um parque linear com 90 mil metros quadrados, com ciclovia, biblioteca pública e seis quadras poliesportivas.

O Tribunal de Justiça de Pernambuco concedeu liminar na última quinta-feira para o Consórcio Novo Recife permitindo a reintegração de posse do terreno, ocupado desde o dia 21 de maio por manifestantes. A decisão foi do desembargador-substituto Márcio Fernando de Aguiar Silva, que entendeu que, por se tratar de propriedade privada urbana, cujas limitações foram impostas pelo poder público através de alvarás e licenças, não haveria justificativa para os manifestantes permanecerem no local.

O promotor do MPPE Ricardo Coelho, que realizou duas audiências sobre o projeto com a prefeitura, o consórcio, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e movimentos sociais, anunciou que vai recorrer da decisão.

O consórcio interrompeu a demolição dos três armazéns do antigo Instituto do Açúcar e do Alcool depois da ocupação da área. A demolição dos armazéns continua embargada nas esferas administrativa e jurídica por liminares do Iphan, sob a justificativa da ausência de termo de compromisso entre o Instituto e o consórcio para assegurar a proteção dos bens arqueológicos da área, e por decisão do juiz titular da 21ª Vara Federal, Francisco Barros.

O Novo Recife prevê a criação de cinco polos (empresarial, residencial, hoteleiro, cultural e de serviços) na área de 10,7 mil metros quadrados dos antigos armazéns do Cais José Estelita. Os imóveis foram arrematados através de leilão pela Rede Ferroviária Federal em 2008. O investimento previsto é de R\$ 800 milhões, com geração de seis mil empregos durante a obra. Integrantes dos movimentos sociais realizaram, neste sábado, uma série de atividades no local, ações que se repetirão neste domingo, com shows, oficinas circenses e exibição de vídeos. Já o consórcio abriu uma conta no Twitter para informar à população os detalhes do projeto.

Fonte: Captura de tela da autora

Novamente, são usados termos como “licenças”, “alvará” e “reintegração de posse”, léxicos que reforçam o enquadramento do conflito como um problema técnico e, sobretudo, legal, apagando sua dimensão social e política.

Em relação à estrutura textual, a matéria apresenta uma ocorrência pouco frequente da voz ativa. Quando aparece, ela geralmente está vinculada aos atores institucionais mencionados anteriormente, vide nas construções “a Prefeitura convidou”, “O TJPE concedeu a liminar”, “o Consórcio interrompeu a demolição”, afirmando o forte posicionamento do sujeito agente. Já o uso da voz passiva quase sempre remete a impessoalidade, como por exemplo: “o empreendimento foi aprovado” e “os imóveis foram arrematados”. Tais construções contribuem para uma sensação de neutralidade e até inevitabilidade dos fatos.

Ademais, o texto menciona que “o investimento previsto no Projeto Novo Recife é de R\$ 800 milhões, com a estimativa de geração de seis mil empregos durante a execução das obras”. O uso dessa informação, levando o contexto de tensão sociourbana explícita, atua como um agente da lógica neoliberal e desenvolvimentista, que contribui para legitimar o projeto sob a ótica do progresso econômico e do apelo empregatício.

Embora mencione a ocupação do terreno desde o dia 21 de maio, o jornal não contextualiza as motivações nem dá voz direta aos seus integrantes. O MOE volta a ser mencionado indiretamente apenas como “movimento social”, ao expor as atividades culturais realizadas naquele fim de semana.

Isso acontece novamente no dia seguinte, quando após reforçar os esforços do poder público para agilizar a desocupação dos militantes do terreno, a notícia finaliza afirmando que, no dia anterior, centenas de pessoas compareceram no terreno para aproveitar as atrações do Ocupe Estelita, que, por sua vez, contou com exposição de fotos, feira de livros, recital de poesias e dança. Mais uma vez, percebe-se a tentativa do Diário de Pernambuco de restringir a atuação do MOE a uma esfera meramente cultural, sem a devida profundidade que a temática merecia. (Figura 12).

Figura 12 – Matéria “Estelita é tema de reuniões”

OCUPAÇÃO >

## Estelita é tema de reuniões

Publicação: 02/06/2014 03:00

 Edição do #OcupeEstelita foi realizada ontem (RICARDO FERNANDES/DP/D.A PRESS)

Edição do #OcupeEstelita foi realizada ontem

Uma reunião está prevista para acontecer hoje entre representantes das secretarias de Defesa Social e de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos com manifestantes para discutir a desocupação do Cais José Estelita de forma

pacífica. O Tribunal de Justiça de Pernambuco concedeu liminar, na semana passada, ao Consórcio Novo Recife para reintegração da área, mas o Ministério Público anunciou que recorrerá da decisão. Já a Prefeitura do Recife informou que fará reunião sobre o assunto amanhã, às 9h, na sede da PCR, com representantes do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, do Instituto dos Arquitetos do Brasil, OAB, CREA, UFPE e Unicap.

Aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento em dezembro de 2012, o projeto Novo Recife prevê a criação de cinco polos (empresarial, residencial, hoteleiro, cultural e de serviços) na área de 10,7 mil metros quadrados dos antigos armazéns. Os imóveis foram arrematados através de leilão pela Rede Ferroviária Federal em 2008. O investimento previsto é de R\$ 800 milhões, com geração de seis mil empregos durante a obra.

Centenas de pessoas compareceram ontem ao terreno para aproveitar as atrações do #OcupeEstelita - organizado pelas redes sociais. Exposição de fotos, feira de livros, recital de poesias e grupos de dança foram algumas das atividades.

Fonte: Captura de tela da autora

Uma matéria publicada em 6 de junho de 2014, estampada na capa do DP, reforça o tom conciliador, construído por meio de estratégias discursivas que favorecem a perspectiva do poder público e do setor empresarial. Em relação às fontes, há predominância exclusiva de vozes institucionais, sendo elas o engenheiro Eduardo Moura, representando o consórcio, e o Prefeito Geraldo Julio. O vocabulário repete os marcadores vistos anteriormente, com expressões como “aprovado pela legislação vigente” e “concebida por três escritórios de arquitetura”, que servem para legitimar o projeto Novo Recife como algo legal, planejado e profissional.

Por outro lado, as citações diretas atribuídas ao engenheiro aparecem junto de verbos afirmativos, como “estamos de acordo”, “foi preciso contemplar” e “pedimos a desocupação”, o que constrói uma imagem de proatividade, racionalidade e abertura ao diálogo. No entanto, o próprio Diário contribui ativamente para a construção dessa narrativa conciliadora ao introduzir, em discurso indireto, a frase “o consórcio pede agora a suspensão pacífica da ocupação”. A escolha lexical do veículo sugere que o conflito envolve uma ameaça implícita de violência por parte dos ocupantes, sendo o Consórcio retratado como agente ponderado e pacificador.

Esse mero detalhe trata-se de um movimento discursivo sutil, mas que se revela sintomático e imprescindível para o entendimento do papel do Diário de Pernambuco na cobertura do caso Estelita, no qual o jornal não só traz a notícia, mas orienta a leitura pública do conflito a partir de uma ótica de marginalização e condenação do Movimento Ocupe Estelita (Figura 13).

Figura 13 – Matéria “Construtoras admitem rever o projeto do cais”

## Construtoras admitem rever o projeto do cais

Em contrapartida, consórcio pede a desocupação pacífica da área, que tem 101,7 mil metros quadrados e foi arrematada em leilão, em 2008

Publicação: 06/06/2014 03:00

Geraldo Julio se reuniu com instituições envolvidas com o tema e conduzirá processo para debater propostas (ANDREA REGO BARROS/PCR)

Geraldo Julio se reuniu com instituições envolvidas com o tema e conduzirá processo para debater propostas. Representantes do Consórcio Novo Recife anunciaram, ontem, a possibilidade de rever o projeto de construção de oito edifícios residenciais, dois empresariais e dois hotéis no Cais José Estelita. A decisão foi tomada após reunião com o prefeito Geraldo Julio - que assumiu a condição de mediador - e instituições convocadas para discutir o tema, entre elas, o Fórum Estadual de Reforma Urbana e o Centro Dom Helder Camara de Estudos e Ação Social.

O engenheiro civil Eduardo Moura, um dos representantes do consórcio, ressaltou que o Projeto Novo Recife foi aprovado pela legislação vigente. "Estamos de acordo em produzir novo projeto, fazer análise, discussão. É importante ressaltar que o projeto foi debatido ao longo de anos e respeita todos os parâmetros legais, tanto do município quanto da União", destacou.

Segundo Moura, a proposta foi concebida por três escritórios de arquitetura, a partir de informações coletadas em projetos feitos desde 1970 para a área. "Foi preciso contemplar vários usos, inclusive de aproximação com a bacia do Pina. São tipologias diferentes, com residências, hotéis e comércio. Há uma geração de condições positivas para o entorno, com contribuição para o resgate do bairro, que está sem investimento."

Quanto às possíveis mudanças no projeto, Moura disse que ainda não tem como prever quais seriam. "A ideia é que o processo seja conduzido pela prefeitura, com representações das instituições e movimentos envolvidos. A partir disso, poderão nascer propostas", completou.

Eduardo Moura disse que o consórcio pede agora a suspensão pacífica da ocupação. "No momento em que o consórcio abre o debate, pedimos a desocupação. O alvará de demolição foi suspenso pela prefeitura, mas já tínhamos acertado que não faríamos demolição até que essa etapa fosse resolvida", completou.

O prefeito Geraldo Julio disse que os prazos referentes a mudanças no projeto serão definidos com os ministérios públicos Federal e Estadual. "Caminhamos bem, pois o processo de mediação vem logrando êxito", destacou.

O Projeto Novo Recife é orçado em R\$ 800 milhões. A área, de 101,7 mil m<sup>2</sup> foi arrematada em leilão em 2008.

Fonte: Captura de tela da autora

Com base na ótica do neerlandês Teun Van Dijk, "hoje (...) [o poder] tem sido substituído pelo controle das mentes das massas, e esse controle requer o controle sobre o discurso público em todas as suas dimensões semióticas" (2008, p. 11). A relevância dessa afirmação no contexto observado evidencia como o controle semântico da narrativa pode ser tão ou mais eficiente que a coerção verbalizada. A escolha dos termos, a visibilidade concedida a certos atores sociais e não a outros, e a forma como o conflito é enquadrado são mecanismos que moldam a percepção pública e definem os limites do que é ou não é legítimo no debate urbano. Ou seja, a manipulação discursiva nem sempre precisa ser explícita para cumprir sua função, ao contrário, quanto mais implícita e naturalizada, mais eficiente se torna seu papel ideológico. Acontece, como menciona Van Dijk, de um controle de poder simbólico que ocorre por meio do discurso público midiático, moldando diretamente a forma que as pessoas recebem e interpretam os fatos.

Um dia depois desta cobertura sobre o recuo parcial das empreiteiras, o DP soltou uma matéria curta que apresenta um contraponto importante ao mostrar um grupo de moradores que declara apoio ao projeto (Figura 14).

Figura 14 – Matéria “Moradores solicitam reunião”

COMUNIDADES >

## Moradores solicitam reunião

Publicação: 07/06/2014 03:00

 (ALLAN TORRES ESP DP/D.A PRESS)

Em ato realizado ontem, na frente da prefeitura, moradores do Coque, Cabanga, Pina e Coelhos pediram audiência com o prefeito Geraldo Julio sobre o Novo

Recife. Eles são favoráveis ao projeto e querem externar os possíveis benefícios. As lideranças foram recebidas pelo secretário-executivo de Governo e Participação Social, Gabriel Leitão, que encaminhará a reivindicação ao gabinete e marcará a reunião.

“Todos os envolvidos se reuniram com o prefeito. Nós também queremos debater. Estivemos presentes nas reuniões mas não pudemos entrar. Queremos o projeto porque haverá mais espaços de lazer e teremos prioridade nas vagas de emprego durante a obra”, afirmou o líder do Coque e organizador da manifestação, Renê Guedes.

Os moradores chegaram em três ônibus e expuseram faixas. Também divulgaram uma reunião marcada para as 19h, no Esporte Clube da Mocidade, na Rua Cabo Eutrópio, no Coque, na quinta-feira. Para o evento serão convidadas a prefeitura, o Ministério Público de Pernambuco, o Consórcio Novo Recife e a Imprensa.

Fonte: Captura de tela da autora

O texto foca em uma manifestação de moradores dos bairros do Coque, Cabanga, Pina e Coelhos, que teriam ido à prefeitura para solicitar uma audiência com o prefeito Geraldo Julio e expressar apoio ao Projeto Novo Recife. A fala de Renê Guedes, líder comunitário do Coque, é a única voz direta da matéria, e reforça, curiosamente, dois pontos principais: a inclusão social viabilizada pela construção de espaços de lazer e a geração de emprego e renda. Interessante notar que esses mesmos eixos argumentativos foram utilizados pelo veículo poucos dias antes, na matéria do dia 01 de junho.

Por fim, a matéria menciona o agendamento de uma reunião no Esporte Clube da Mocidade com a presença da PCR, Ministério Público, Novo Recife e imprensa, decisão que sugere a ideia de institucionalidade e comunicação aberta e democrática. Vale lembrar, no entanto, que todo o cenário de inclusão apresentado é regulado por critérios seletivos, e que, ao não dar voz aos opositores, o jornal consolida um campo discursivo claramente assimétrico.

No dia 17 de junho de 2014, aconteceu a desocupação forçada dos manifestantes que ocupavam o Cais José Estelita desde 21 de maio, realizada pela Polícia Militar (PM) em cumprimento a uma ordem judicial de reintegração solicitada

pelo Consórcio Novo Recife. A operação resultou em desdobramentos violentos por parte da PM, com uma dezena de pessoas feridas, além da retirada de barracas e pertences do acampamento. O episódio marcou um ponto de tensão importante no conflito urbano e escancarou o embate entre os interesses do capital imobiliário e o movimento que lutava pela defesa do direito à cidade.

O dia seguinte concentrou a maior cobertura numérica do Diário de Pernambuco sobre a situação do Cais José Estelita em sua edição diária até então, com um total de quatro matérias. Todavia, nenhuma delas trouxe falas diretas de representantes do Ocupe Estelita, apenas uma breve menção indireta e superficial, citando uma nota em que os ocupantes expressam descontentamento com a ação por não terem sido informados previamente. Não se pode ignorar que, somente dois parágrafos acima, o jornal apresenta a seguinte construção: “Os manifestantes reclamaram que a PM teria dado um prazo de apenas cinco minutos para a saída de todos. À imprensa, o porta-voz da Polícia Militar, Capitão Júlio Aragão, afirmou que os policiais tentaram negociar por cerca de uma hora antes de usar a força. Na operação, foram usados spray de pimenta e bombas de gás lacrimogêneo.” Aqui, o uso do verbo “reclamar”, empregado pela primeira vez em quase quatro semanas de cobertura, coloca o movimento em uma posição semântica que indica conflito, oposição e embate, que contrasta com o tom técnico reservado às falas das instituições (Figura 15).

Figura 15 – Matéria “Reintegração de posse no Estelita”

## Reintegração de posse no Estelita

Ação policial em cumprimento a ordem judicial começou de manhã, mas conflitos seguiram durante todo o dia. Oito pessoas foram detidas e dez se feriram

Publicação: 18/06/2014 03:00

 Após a desocupação, a Tropa de Choque da Polícia Militar ficou enfileirada do lado de fora do terreno (ALLAN TORRES ESP DP/D.A PRESS)

Após a desocupação, a Tropa de Choque da Polícia Militar ficou enfileirada do lado de fora do terreno. Os manifestantes que ocupavam o terreno do Cais José Estelita desde o dia 21 de maio foram retirados da área na manhã de ontem, em cumprimento a uma ordem judicial de reintegração de posse expedida no 29 de maio pelo desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) Márcio Aguiar. A ação começou pouco depois das 5h e houve confronto. Oito pessoas foram detidas e ao menos dez se feriram, a maioria delas após a desocupação, em conflitos nas ruas. O clima no local ficou tenso durante todo o dia.

Os detidos foram levados para a Central de Plantões da Polícia Civil para prestar esclarecimentos e liberados em seguida. Um engenheiro do Consórcio Novo Recife foi levado à sede da Polícia Federal para prestar esclarecimentos. A reintegração durou cerca de uma hora e meia.

Acompanhados de três oficiais de Justiça e advogados do Consórcio Novo Recife, proprietário do terreno, os PMs ordenaram a saída dos ocupantes e, como eles não acataram a determinação, retiraram as barracas, livros, móveis e utensílios domésticos do acampamento. Todo o material foi colocado sob o viaduto Capitão Temudo, onde o grupo anunciou que permanecerá a partir de agora.

A estimativa dos movimentos sociais é que cerca de 50 pessoas, entre elas crianças e uma mulher grávida, estavam no terreno. Após a saída do grupo, a abertura no muro, feita para o acesso dos ocupantes à área, foi coberta.

 Ocupantes de rosto coberto levam sacos com objetos (ALLAN TORRES ESP DP/D.A PRESS)

Ocupantes de rosto coberto levam sacos com objetos

Os manifestantes reclamaram que a PM teria dado um prazo de apenas cinco minutos para a saída de todos. À imprensa, o porta-voz da Polícia Militar, Capitão Júlio Aragão, afirmou que os policiais tentaram negociar por cerca de uma hora antes de usar a força. Na operação, foram usados spray de pimenta e bombas de gás lacrimogênio.

À tarde, a situação voltou a ficar tensa nas imediações do Cais José Estelita. Os policiais do Batalhão de Choque e os manifestantes entraram em três confrontos. Houve correria, e carros trafegaram na contramão. Por mais de uma hora, o grupo fechou o trânsito na subida do viaduto Capitão Temudo nos dois sentidos, causando congestionamento. Uma barricada com pneus foi montada e incendiada pelos manifestantes no local.

Em nota oficial, o Movimento Ocupe Estelita afirmou que a reintegração de posse descumpriu acordos firmados nos últimos dias. A nota diz que o processo desobedeceu os protocolos do governo, que previa informação prévia aos ocupantes e ao Ministério Público de Pernambuco, mediadora em eventual situação de conflito. O promotor Maxuel Vignoli disse que hoje vai cobrar explicações à polícia sobre a atuação dos militares na desocupação.

Fonte: Captura de tela da autora

Quando, um dia depois, são noticiadas falas diretas de membros do Ocupe Estelita, um fato escasso na cobertura do Diário, a matéria “Movimento pede libertação de preso” ainda opera com estratégias que atenuam o peso das denúncias e reforçam a legitimidade das ações do consórcio e da Polícia Militar. De imediato, percebe-se que as falas dos manifestantes vêm seguidas de forma instantânea de explicações dos agentes institucionais, seja da Secretaria de Defesa Social (SDS), da Polícia Militar ou do Novo Recife, funcionando como contraponto que relativiza as acusações. Esse recurso estrutural, que por vezes é justificado como comum em práticas jornalísticas “neutras”, opera, na verdade, a favor dos atores com maior capital simbólico e institucional (Figura 16).

Figura 16 – Matéria “Movimento pede libertação de preso”

## Movimento pede libertação de preso

Publicação: 19/06/2014 03:00

Os integrantes do Movimento Ocupe Estelita afirmaram ontem que permanecerão na área sob o viaduto Capitão Temudo por tempo indeterminado. Além de voltar a criticar a ação da Polícia Militar de Pernambuco no cumprimento de ordem judicial de reintegração de posse no Cais José Estelita, os manifestantes pediram que uma das seis pessoas detidas na última terça-feira fosse solta.

O morador do Coque Deivisson Pereira Aguiar, foi o único levado ao Cotel, após ser autuado em flagrante no conflito. Ontem à noite, um grupo se reuniu na Faculdade de Direito do Recife para realizar um ato de desagravo.

Em entrevista à imprensa, o grupo afirmou que pelo menos 35 pessoas teriam se ferido na ação policial. A assessoria de imprensa da Secretaria de Defesa Social (SDS) informou que 12 pessoas estiveram no Instituto de Medicina Legal (IML) para fazer o exames de corpo de delito. Segundo a SDS, nove delas foram encaminhadas pelo MPPE e três pela Polícia Civil.

Ainda ontem, alguns manifestantes sugeriram que trabalhadores estariam no terreno realizando obras. Diante disso, a Justiça Federal notificou o consórcio, alertando-o sobre a proibição de demolir ou construir no local. Em nota, o consórcio informou que os funcionários apenas colocavam tapumes na parte do muro que foi derrubada, para proteger o patrimônio. Já a PM informou que agiu atendendo requisição do Poder Judiciário, de dar apoio policial aos oficiais de Justiça.

“A ação não respeitou a ordem de espera na fila de desapropriações. A polícia usou cassetetes, chicotes, spray de pimenta, bombas e balas de borracha”, disse a advogada Liana Cirne, uma das articuladoras do projeto.

Fonte: Captura de tela da autora

Além disso, as vozes do MOE são estruturadas em um discurso que sugere contestação e incerteza, como por exemplo: “voltam a criticar”, “manifestantes sugeriram”, ainda mais pela ausência de fontes institucionais que validem suas falas. A exceção é a advogada Liana Cirne, cuja declaração aparece isolada, sem sustentação adicional de textos jornalísticos.

Aqui, a assimetria discursiva permanece, mas dessa vez menos pelo silenciamento e mais pela hierarquização das fontes, pelo controle da credibilidade das versões e pelas disputas de poder apresentadas.

As discrepâncias ficam ainda mais evidentes quando, no dia 21 de junho, se encontra um artigo de opinião – o único que trata do Estelita de forma explícita no espaço temporal analisado – nitidamente anti-ocupação e pró-emprego. Nele, o autor, Ary Barroso, reitera argumentos comuns do discurso a favor do Novo Recife, louvando o papel social da construção civil no bom cumprimento das exigências naturais e na geração de empregos.

Logo se percebe que o texto é centrado na dicotomia entre os que “constroem” e os que “destroem”. Ao afirmar que “enquanto alguns constroem, outros cometem atos de vandalismo”, junto da expressão que intitula o artigo “Não dá para entender!”,

o autor reduz o MOE a um grupo irracional e violento, ignorando, mais uma vez, as motivações políticas, sociais e urbanísticas dos manifestantes e repetindo falácias (Figura 17).

Figura 17 – Artigo “Não dá para entender!”

## Não dá para entender!

Ary Avellar Diniz  
Diretor do Colégio Boa Viagem e da Faculdade Pernambucana de Saúde  
aryavellardiniz@yahoo.com.br

Publicação: 21/06/2014 03:00

O comentado projeto “Cais José Estelita” tem despertado a atenção de muita gente, pela vagareza do início dos serviços de construção naquele local.

Desde o ano de 2008, os pernambucanos (nem todos) vêm nutrindo expectativas pela transformação da região de feios e velhos galpões do antigo cais em lugar aprazível e motivo de orgulho dos nativos.

Não sou aplicador de recursos no investimento, mas lucraria indiretamente, em futuro próximo, caso visse integradas as belezas oriundas da mão do homem, no terreno em litígio, à paisagem que se desfruta da balastrada fronteira ao rio Capibaribe até o extremo alcance da vista no horizonte.

Acredito que o projeto em pauta tem cumprido as mais variadas exigências naturais, impostas pelos renomados técnicos da Prefeitura da Cidade do Recife e o Ministério Público, sendo também de se louvar o empreendedorismo da construção civil, merecedor da atenção do público em geral. São o construtor e o incorporador que proporcionam expressivo número de empregos, pagam religiosamente em dia os impostos governamentais e atendem em grande parte às demandas residencial e empresarial.

Em contrapartida, enquanto alguns constroem, outros cometem atos de vandalismo, destruindo, saqueando bens, incendiando, quebrando o que encontram pela frente, principalmente nesse último período de um ano. — Não dá para entender!

Todos ou quase todos desejam que o governo encontre o caminho de paz, pela democracia, sem distinção de classes sociais ou ideologias exacerbadas, desprovidas de radicalismos. A nação, para se desenvolver sustentavelmente, necessita da união dos brasileiros.

Mais difícil que a intranquilidade por que passa o Brasil é o histórico desentendimento no Oriente Médio. Não obstante, durante a semana em curso, três líderes mundiais, de mãos dadas, demonstraram a intenção de reverter esse quadro, em prol da conquista da paz: papa Francisco, Mahmoud Abbas, representando a autoridade nacional palestina, e o presidente de Israel, Shimon Peres.

As coisas boas devem ser imitadas, pois a paz é o anseio geral das pessoas de bom senso. As dificuldades só são resolvidas com coragem, no campo do entendimento entre os homens de boa vontade. Assim, é oportuno lembrar as palavras de Robert Couturier: “A inteligência defende a paz. A inteligência tem horror à guerra”. Assim, dá para entender!

Fonte: Captura de tela da autora

A ausência de qualquer menção às demandas do Ocupe Estelita, somada à comparação rasa e deslocada com o Oriente Médio, desmerece e ironiza o conflito local e o enquadra como uma vertigem urbana frente ao “desenvolvimento” progressista e moderno que seria causado pelo projeto do Consórcio.

Nesse sentido, a coluna reafirma a assimetria observada nas reportagens analisadas e contribui para consolidar uma leitura desfavorável à defesa do direito à cidade, visto que os ativistas não tiveram nenhum espaço opinativo no Diário de Pernambuco.

O único momento de equidade discursiva ofertado pelo DP ocorreu no dia 23 de junho de 2014, quando o jornal publicou a entrevista “Visões sobre o Cais José

Estelita”, que trazia as mesmas perguntas feitas para um representante do Novo Recife, Eduardo Moura, e também para Lucas Alves, representante do MOE, identificado como “Movimento Direitos Urbanos”. A entrevista se debruçou sobre temas como verticalização, mobilidade, sustentabilidade, habitação e cidade, expondo os respectivos pontos de vista de cada um (Figura 18).

Figura 18 – Recorte da entrevista “Visões sobre o Cais José Estelita”

## Visões sobre o Cais José Estelita

Eduardo Moura, do Novo Recife, e Lucas Silva, dos Direitos Urbanos, falam sobre o destino do Estelita

Publicação: 23/06/2014 03:00

O que é o projeto Novo Recife? Qual seria a melhor utilização para o Cais José Estelita? Quem está disposto a ceder em nome de um consenso? Para responder essas e outras perguntas e contribuir para o debate sobre a necessidade de se ocupar uma área estratégica e histórica da cidade, o Consórcio Novo Recife e o Movimento Direitos Urbanos foram convidados pelo Diário e pela Rádio Globo AM, semana passada, a expor suas ideias e projetos. Eduardo Moura, representante do Consórcio Novo Recife, falou da proposta de construção de um complexo imobiliário de uso misto e expôs os principais tópicos do projeto das construtoras, como os edifícios e os equipamentos culturais públicos. Lucas Alves, do Movimento Direitos Urbanos, ressaltou que a participação popular é urgente e deve anteceder a concretização de qualquer obra de urbanização na área. Leia a seguir os depoimentos de Eduardo Moura e Lucas Alves.

Fonte: Captura de tela da autora

A última matéria que trata de forma relevante o projeto do Cais e os ativistas do Ocupe Estelita é publicada no dia 05 de julho de 2014. O texto é focado na continuidade do processo de negociação entre a Prefeitura do Recife e demais entidades técnicas na área de urbanismo, com foco no redesenho do Projeto Novo Recife. A reportagem contém um tom conciliador e técnico que simula um *release* da PCR.

As primeiras falas destacadas pertencem a representantes institucionais, o secretário Antônio Alexandre e o presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), Roberto Montezuma, que assumem posições centrais na construção da narrativa. A única representante do movimento citada ao final é Cristina Gouvêa, com uma fala breve que se limita à solicitação de pareceres técnicos das entidades, sem aprofundar os conflitos políticos. Também não há presença de fontes do Consórcio Novo Recife ou moradores dos arredores, o que, novamente, limita o debate às esferas técnica e institucional (Figura 19).

Figura 19 – Matéria “Discussão será concluída na próxima semana”

## Discussão será concluída na próxima semana

Nova reunião sobre o Cais José Estelita foi marcada ontem, durante encontro em que foram elencados pontos sobre redesenho de projeto

Publicação: 05/07/2014 03:00

 Encontro de ontem teve a participação de representantes da prefeitura, entidades e movimento Ocupe Estelita (ANDREA REGO BARROS/PCR)

Encontro de ontem teve a participação de representantes da prefeitura, entidades e movimento Ocupe Estelita. Uma nova reunião técnica entre a Prefeitura do Recife, o movimento Ocupe Estelita e especialistas de entidades e instituições ligadas ao urbanismo, para discutir as diretrizes de redesenho do Projeto Novo Recife, está marcada para a próxima semana, com data ainda a confirmar. O encontro servirá como conclusão da conversa realizada ontem, na sede do Executivo, e culminará na elaboração de um documento de orientação para a audiência pública, no dia 17 de julho.

Conduzida pelo secretário de Desenvolvimento e Planejamento Urbano, Antônio Alexandre, a reunião ontem teve a participação de especialistas, entre arquitetos e urbanistas, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), Institutos de Arquitetos do Brasil, Ordem dos Advogados do Brasil, Universidade Católica de Pernambuco, UFPE e Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco.

Abrindo o debate, a presidente do Instituto Pelópidas da Silveira, Evelyne Labanca, apresentou um resumo dos bairros de Santo Antônio, São José, Cabanga e Joana Bezerra, locais que rodeiam o terreno do cais. Depois, o momento foi de sugerir os pontos imprescindíveis ao novo projeto, na visão dos especialistas.

Entre as questões levantadas por eles está a necessidade de se garantir a presença e permanência de pessoas - considerando que o cais está em frente ao espelho d'água e na borda de uma ilha -, habitação popular, amenização e conforto ambiental, relacionado à área construída versus área vegetal, e escalonamento dos gabaritos.

"O Estelita tem a condição histórica cultural. Algumas pessoas defendem que na parte histórica, aquela próxima ao bairro de São José, a altura dos edifícios seja mais baixa e na parte perto do Viaduto Capitão Temudo seja mais alta", afirmou Antônio Alexandre. Outro ponto é a integração viária do local, com a Avenida Dantas Barreto e o Viaduto Joaquim Cardoso.

Para o presidente do CAU, Roberto Montezuma, o desafio das discussões é amadurecer a integração do território ambiental, econômico e social. Ele sugeriu também a integração com a Dantas Barreto, transformando as praças que rodeiam o terreno numa espécie de linha do tempo do período que vai desde a dominação dos holandeses à atualidade.

Representante do Ocupe Estelita, Cristina Gouvêa afirmou que solicitou às entidades um parecer sobre as vocações do local. "São questões que estavam no parecer do projeto Novo Recife. É para saber se o espaço tem potencial da área para a habitação social até o impacto na mobilidade, etc".

Fonte: Captura de tela da autora

Com essa análise, fica claro que a linha editorial do jornal Diário de Pernambuco serviu para domesticar o conflito, apresentando o movimento como participante de um processo administrativo dentro de uma perspectiva tecnocrática que desloca o foco do embate social para um esvaziamento da pauta. Isso fica visível com a total omissão de elementos que agitavam a cidade naquele momento, como reivindicações políticas, luta por direito à cidade, urbanismo social, denúncias de irregularidades e repressão social.

Das 42 matérias coletadas, 34 foram localizadas no caderno Vida Urbana, na editoria de temáticas locais. As demais estavam espalhadas entre as seções Viver (4), Política (2), Opinião (1) e Últimas (1). Desse total, apenas 10 foram matérias de capa, e apenas cinco destas trouxeram menções ou vozes diretas de representantes do Ocupe Estelita. Se incluirmos também as que, mesmo sem destaque de capa,

trouxeram menções ao movimento, esse número sobe para 10, ou seja, menos de 25% das publicações. Na contramão, conforme demonstra o gráfico abaixo (Figura 20), os pareceres oficiais foram majoritários, aparecendo em cerca de 75% dos casos. Essa disparidade reforça o caráter unilateral da cobertura, priorizando a versão institucional dos fatos.

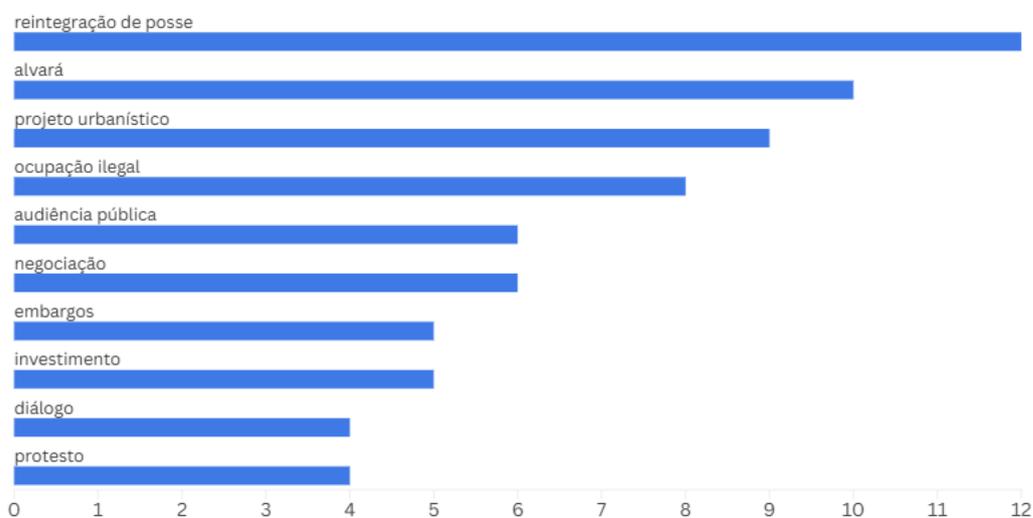
Figura 20 – Fontes utilizadas pelo DP (em porcentagem)



Fonte: Elaboração própria.

É importante reforçar também os enquadramentos temáticos mais frequentes. O gráfico a seguir (Figura 21) mostra os termos mais repetidos, com destaque para "reintegração de posse", "alvará" e "projeto urbanístico", todos relacionados a aspectos protocolares, o que reforça a função administrativa da cobertura.

Figura 21 – Termos mais utilizados pelo DP



Fonte: Elaboração própria.

Sob a perspectiva de Teun Van Dijk (2008), o modo de produção da articulação é controlado pelas elites simbólicas, tais como jornalistas e escritores, com base no “capital simbólico” que eles produzem:

(...) eles podem determinar a agenda pública, influenciar a relevância dos tópicos, controlar a quantidade e o tipo de informação, especialmente quanto a quem deve ganhar destaque e de que forma. Eles são os fabricantes do conhecimento, dos padrões morais, das crenças, das atitudes, das ideologias e dos valores públicos (Van Dijk, 2008, p. 45)

Com isso, se percebe que o Diário de Pernambuco, enquanto importante ator mediador da esfera pública e midiática local, atuou mais como braço direito das estruturas do poder institucional do que como espaço de debates e divulgação das demandas sociais emergentes. A cobertura do conflito no Cais José Estelita nos meses de maio, junho e julho revela como o jornalismo pode ser articulado para diluir a radicalidade política de movimentos sociais urbanos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se falar de jornalismo tradicional – com todo o peso que a palavra “tradicional” carrega –, é esperado que venha à mente a idealização de uma instituição criteriosa e comprometida com a formação da opinião pública, mediadora entre os fatos de interesse público e a sociedade, pautada por noções de responsabilidade social. De forma quase instintiva, se imagina que essa mesma instituição forneça ao cidadão os mecanismos e dispositivos necessários para compreender criticamente o mundo que o cerca. Ingênua ou desinformada, essa expectativa começa a se dissipar quando se observa mais de perto certas práticas jornalísticas, em especial aquelas que envolvem movimentos sociais que contestem a manutenção e acumulação do capital imobiliário.

Não obstante, esse estudo evidenciou que a cobertura jornalística das publicações do Diário de Pernambuco sobre a atuação do Movimento Ocupe Estelita no que tange o processo de demolição dos armazéns do Cais José Estelita no ano de 2014 se estruturou a partir de uma racionalidade protocolar, institucional e legalista, com registros de um apagamento patente das vozes divergentes e do silenciamento a partir da omissão completa das disputas políticas em torno do direito à cidade. A análise discursiva do material jornalístico demonstrou uma assimetria contundente no uso das fontes e na narrativa que foi criada para cada sujeito do debate, na construção gramatical dos enunciados, no emprego e ocorrência das vozes verbais e na seleção lexical, favorecendo agentes do poder público e do setor imobiliário em detrimento do grupo militante e da população afetada.

Ao observar o enquadramento do conflito urbano pelo jornal, foi possível compreender como práticas discursivas midiáticas podem operar como instrumentos de controle simbólico de uma sociedade, naturalizando interesses privados como se fossem meros consensos, fatos inerentes à ordem natural das coisas. A cidade é “roubada” não apenas em seus espaços físicos, mas também em suas memórias e narrativas. A importância desta pesquisa reside justamente em revelar como o jornalismo local, longe de atuar como mediador neutro, pode exercer papel ativo na domesticação de conflitos urbanos, apaziguando sua radicalidade e restringindo o debate público a uma perspectiva de mercado, impossibilitando o alcance de novas perspectivas urbanísticas ao público-alvo do veículo.

Achados como este contribuem para a continuidade de reflexões críticas sobre o papel da imprensa nas disputas pela cidade, sobretudo em contextos marcados por desigualdades sociais e urbanas profundas. Além do mais, reforçam a necessidade de se pensar, principalmente para aqueles que também exercem o papel de jornalistas e comunicadores, uma imprensa contra hegemônica, comprometida com a pluralidade de vozes e sem medo de abordar discussões que tensionam pautas de interesse público. Pesquisas futuras podem aprofundar a relação entre cobertura midiática e políticas urbanas em outras cidades brasileiras ou até mesmo em Recife, pensando no prosseguimento do debate pós Estelita ao investigar os efeitos de tais narrativas sobre a opinião pública e os processos decisórios que aconteceram e seguem acontecendo.

Por fim, este trabalho aponta a urgência de se construírem cada vez mais mecanismos de vigília crítica sobre os veículos de comunicação, com o objetivo de assegurar que cumpram sua função social com bases democráticas e plurais. Expõe, ainda, para a população em geral, a importância de refletir sobre as fontes de informação consumidas, prezando sempre por um olhar crítico e múltiplo. Nesse sentido, mostra-se fundamental a busca por uma diversidade informativa, recorrendo a veículos alternativos em paralelo à mídia tradicional. Em tempos de ataque às pautas progressistas, é necessária a intensificação conjunta contra políticas de desserviço e a cobrança constante, em todas as instâncias, às estruturas tradicionais que regem a coletividade, presentes tanto nas instituições do Poder Executivo quanto nos polos do quarto poder.

“Quanto mais perto do poder,  
mais longe da verdade”.

– Caco Barcellos

## REFERÊNCIAS

BAPTISTA, M. R. **Gentrificação na América Latina**: uma revisão pós colonial. 2017. Dissertação de conclusão de curso – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017.

BEZERRA, R. L.; JUNIOR, J. B. A; FERREIRA, M. M. **Diario de Pernambuco**. [s.l.]: [s.n.], [2009?]. Documento eletrônico (PDF). Colaboração especial. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=301&textCode=2869&date=currentDate>. Acesso em: 17 jul. 2025

CAMPOS, J. H. A. L. **Parque Cais José Estelita**. Recife, 7 de maio de 2025. Instagram: @joaocampos. 1 vídeo (3 min) Disponível em: [https://www.instagram.com/reel/DJWxtTQx\\_Dm/?utm\\_source=ig\\_web\\_button\\_share\\_sheet](https://www.instagram.com/reel/DJWxtTQx_Dm/?utm_source=ig_web_button_share_sheet). Acesso em: 10 de maio de 2025.

CANTARELLI, R. **A opinião do próprio Eng<sup>o</sup> José Estelita sobre preservação do Patrimônio Histórico**. Disponível em: <https://direitosurbanos.wordpress.com/2013/04/22/a-opinio-do-proprio-eng-o-jose-estelita-sobre-preservacao-do-patrimonio-historico/>. Acesso em: 27 jul. 2025.

CAVALCANTI, J. R. B. A. **Jornalismo e silenciamento**: uma análise da cobertura dos jornais pernambucanos sobre o Movimento Ocupe Estelita. 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

DIARIO DE PERNAMBUCO. **Centro do Recife é a bola da vez**. Disponível em: <https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/suplementos/lugarcerto/2014/05/centro-do-recife-e-a-bola-da-vez.html>. Acesso em: 27 jul. 2025.

DIARIO DE PERNAMBUCO. **Consórcio inicia demolições de armazéns**. Disponível em: <https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/vidaurbana/2014/05/consorcio-inicia-demolicoes-de-armazens.html>. Acesso em: 27 jul. 2025.

DIARIO DE PERNAMBUCO. **Consórcio vai recorrer de decisão**. Disponível em: <https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/vidaurbana/2014/05/consorcio-vai-recorrer-de-decisao.html>. Acesso em: 27 jul. 2025.

DIARIO DE PERNAMBUCO. **Construtoras admitem rever o projeto do cais**. Disponível em: <https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/vidaurbana/2014/06/construtoras-admitem-rever-o-projeto-do-cais.html>. Acesso em: 27 jul. 2025.

DIARIO DE PERNAMBUCO. **Discussão será concluída na próxima semana**. Disponível em: <https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/vidaurbana/2014/07/discussao-sera-concluida-na-proxima-semana.html>. Acesso em: 27 jul. 2025.

DIARIO DE PERNAMBUCO. **Estelita é tema de reuniões**. Disponível em: <<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/vidaurbana/2014/06/estelita-e-tema-de-reunioes.html>>. Acesso em: 27 jul. 2025.

DIARIO DE PERNAMBUCO. **Moradores solicitam reunião**. Disponível em: <<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/vidaurbana/2014/06/moradores-solicitam-reuniao.html>>. Acesso em: 27 jul. 2025.

DIARIO DE PERNAMBUCO. **Movimento pede libertação de preso**. Disponível em: <<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/vidaurbana/2014/06/movimento-pede-libertacao-de-preso.html>>. Acesso em: 27 jul. 2025.

DIARIO DE PERNAMBUCO. **Não dá para entender!** Disponível em: <<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/opiniaio/2014/06/nao-da-para-entender.html>>. Acesso em: 27 jul. 2025.

DIARIO DE PERNAMBUCO. **O resgate do Centro da cidade**. Disponível em: <<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/suplementos/lugarcerto/2014/05/o-resgate-do-centro-da-cidade.html>>. Acesso em: 27 jul. 2025.

DIARIO DE PERNAMBUCO. **Prefeitura marca reunião para discutir obra no cais**. Disponível em: <<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/vidaurbana/2014/06/prefeitura-marca-reuniao-para-discutir-obra-no-cais.html>>. Acesso em: 27 jul. 2025.

DIARIO DE PERNAMBUCO. **Reintegração de posse no Estelita**. Disponível em: <<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/vidaurbana/2014/06/reintegracao-de-posse-no-estelita.html>>. Acesso em: 27 jul. 2025.

DIARIO DE PERNAMBUCO. **Visões sobre o Cais José Estelita**. Disponível em: <<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/vidaurbana/2014/06/visoes-sobre-o-cais-jose-estelita.html>>. Acesso em: 27 jul. 2025.

FIGUEIREDO, C. Ocupe como utopia: um ensaio sobre a noção de redes e o caso Estelita. In: FIGUEIREDO, C. D. (Org.). **#OcupeEstelita**: reflexões sobre utopia, redes e estética no Movimento Ocupe Estelita. Recife: Editora UFPE, 2024. p. 12–28. *E-book*.

GUILBERT, Thierry. **As evidências do discurso neoliberal na mídia**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020. 144 p.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2003. 201 p.

JAMBO, J. A. P. **Diario de Pernambuco**: História e jornal de quinze décadas. 1. ed. Recife: Diario de Pernambuco, 1975. 466 p.

LINS, M. B. **Formas de ser e habitar na publicidade imobiliária do Recife**. 2020. Dissertação (Mestrado em Comunicação) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

MARCUSE, P. A cidade como privilégio: mercado, exclusão e o papel do estado. *In*: MARCUSE, P., et al. **Cidades e desenvolvimento urbano**: perspectivas de justiça social. Nova York: Routledge, 2009.

MENDES, A. R. F.; ROCHA, D. M. Via mangue: Crônica de uma gentrificação anunciada? *IN*: **OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES 20 ANOS**. As Metrôpoles e o Direito à Cidade: dilemas, desafios e esperanças. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, 2018, p. 1891- 1904

PORTELA, L. **Na disputa pela paternidade da Via Mangue, Geraldo Julio e João Paulo omitem informações relevantes sobre a obra**. Marco Zero Conteúdo. Disponível em: <<https://marcozero.org/na-disputa-pela-paternidade-da-via-mangue-geraldo-julio-e-joao-paulo-omitem-informacoes-relevantes-sobre-a-obra/>>. Acesso em: 27 jul. 2025.

SANTOS, J. M. L.; MELLO. S. C. B. Por um Recife possível: a utopia social contra-hegemônica do Movimento Direitos Urbanos (DU). **Revista de Direito à Cidade**. [s.l.] vol. 13, nº 3, p. 1292 - 1326, [s.d.].

SEVERIEN, P. L. Ocupar, resistir, filmar: comuns urbanos e a produção audiovisual engajada na luta pelo direito à cidade no Recife. *In*: FIGUEIREDO, C. D. (Org.). **#OcupeEstelita**: reflexões sobre utopia, redes e estética no Movimento Ocupe Estelita. Recife: Editora UFPE, 2024. p. 94-112. *E-book*.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder**. São Paulo: Editora Contexto, 2008. 288 p.